



COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA NOTARIAL E REGISTRAL -
COOPNORE

A thin, gold diagonal line starts from the left side of the page and extends towards the center, ending near the word "Financeiras".

Demonstrações Financeiras

31 de dezembro de 2025



Relatório da Administração

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS
DE 31/12/2025

Cenário econômico

Seguindo o princípio da informação e prezando pelo valor da transparência, apresentamos os principais resultados e realizações do Sistema Unicred no ano de 2025.

O cenário macroeconômico de 2025 foi marcado por ajustes e desafios relevantes para a economia brasileira, com impactos diretos sobre o sistema financeiro. A combinação entre crescimento moderado, política monetária restritiva e controle gradual da inflação definiu o ambiente de atuação das instituições financeiras, exigindo disciplina na gestão de riscos, eficiência operacional e adaptação às condições de crédito e consumo ao longo do ano.

> CRESCIMENTO ECONÔMICO:

PIB com expansão moderada, em torno de 2%, sustentado pela demanda interna e resiliência do mercado de trabalho, apesar do ambiente monetário restritivo.

> INFLAÇÃO E JUROS:

Inflação encerrando o ano dentro da meta (4,26%). A taxa Selic permaneceu em patamar elevado (≈15% a.a.), refletindo a estratégia do Banco Central de ancoragem inflacionária, com expectativa de flexibilização gradual apenas a partir de 2026.

> CRÉDITO E INADIMPLÊNCIA:

Juros elevados pressionaram o custo do crédito e moderaram sua expansão, especialmente para pessoas físicas. Observou-se aumento da seletividade na concessão e níveis de inadimplência ainda elevados, exigindo maior rigor na gestão de risco.

> IMPACTOS PARA O SETOR FINANCEIRO:

Ambiente de cautela, com foco em eficiência operacional, preservação de margens, gestão ativa de risco e disciplina na alocação de capital, em **um cenário que combina inflação controlada, crescimento moderado e crédito mais caro.**

Em um cenário econômico desafiador, o Sistema Unicred apresentou resultados consistentes, sustentados pela confiança dos cooperados e pela solidez do seu modelo de negócio.

Atingimos a marca de **375.732 cooperados**, com destaque para o crescimento nos seguintes indicadores :



As sobras antes dos juros ao capital das cooperativas singulares atingiram R\$ 422 milhões, representando um aumento de 7% comparado ao mesmo período do ano anterior.

Governança e Participação

Ratificamos nosso propósito e valores, reafirmando o compromisso de apoiar nossos cooperados e atualizando a visão estratégica do Sistema Unicred para os próximos anos. Mantivemos o foco nos objetivos de longo prazo, orientando nossa atuação para a experiência do cooperado, impulsionada pela transformação digital e inovação, e sustentada pela responsabilidade socioambiental e pelo desenvolvimento das nossas pessoas.

O Planejamento Estratégico expressa a essência da nossa empresa. Nesta revisão, atualizamos visão e propósito, tornando-os mais aderentes aos desafios atuais. Definimos pilares, objetivos estratégicos e metas claras, além de diretrizes que orientam decisões essenciais para gerar resultados sustentáveis e ampliar a entrega de valor à sociedade.

Com um processo estruturado e participativo, o Planejamento Estratégico **passou por sua atualização mais recente para o ciclo 2026–2028**, aprovada em setembro de 2025.



Avanços Estratégicos

Em 2025, consolidamos avanços relevantes da nossa estratégia, fortalecendo a entrega de valor sustentável e impulsionando iniciativas que elevam a marca Unicred. Esses movimentos criam as bases para ganhos estruturais nos próximos ciclos, ampliando nossa capacidade de crescer, inovar e capturar novas oportunidades no mercado.

I. REPOSICIONAMENTO DA MARCA

Em 2025, o Sistema Unicred consolidou o reposicionamento estratégico de sua marca, fundamentado no propósito cooperativista e em uma visão de longo prazo. A iniciativa redefiniu a forma como a Instituição se apresenta e se posiciona junto aos cooperados, à área da saúde e à sociedade, materializada na nova plataforma de marca e na tagline “O valor de quem cuida”.

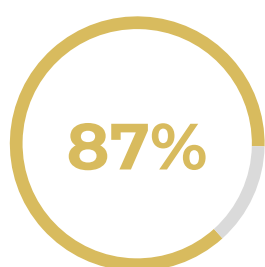
O reposicionamento foi construído de forma sistêmica e colaborativa, envolvendo cooperativas, lideranças e áreas estratégicas, com apoio de fóruns, grupos focais, encontros presenciais e escuta ativa dos cooperados.

O movimento teve início pelo engajamento interno, com ações estruturadas de endomarketing, lives sistêmicas e comunicação contínua, consolidando o Portal de Comunicação Interna como hub de cultura e estratégia, com mais de 590 conteúdos publicados ao longo do ano. Esse processo fortaleceu o orgulho de pertencer e impulsionou a disseminação espontânea do posicionamento da marca pelos próprios colaboradores.

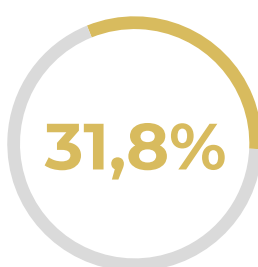


EXTERNAMENTE, A CAMPANHA DE LANÇAMENTO DO NOVO MANIFESTO ALCANÇOU

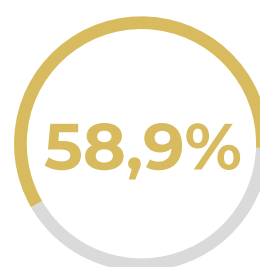
**21 milhões de pessoas e
16 milhões de visualizações**



DE AUMENTO NO
CONHECIMENTO DE
MARCA EM RELAÇÃO
A 2024

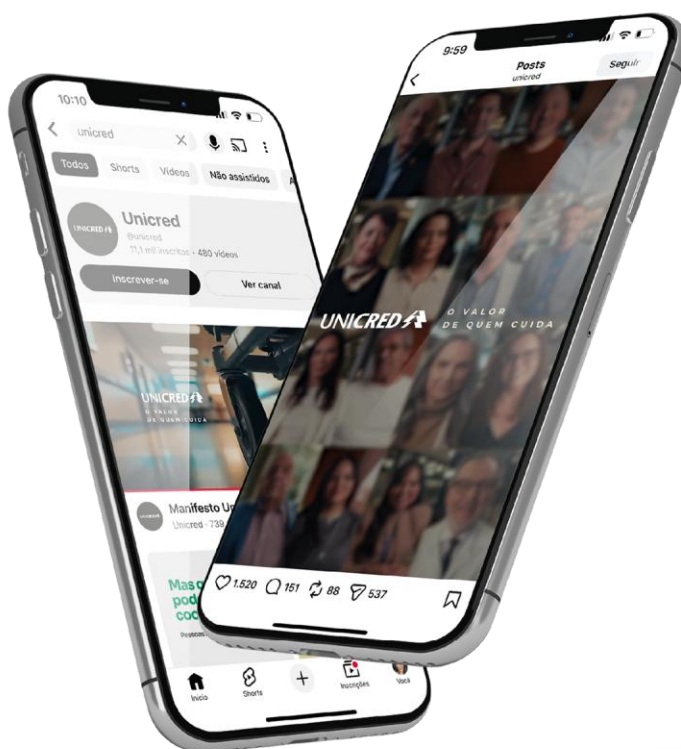


CRESCIMENTO
RECORDE NAS
REDES SOCIAIS



DESTAQUE PARA O
CRESCIMENTO NO
INSTAGRAM, ACIMA DOS
CONCORRENTES RELEVANTES

A estratégia de marketing de influência, com profissionais da área da saúde, alcançou mais de 694 mil pessoas e contribuiu para a geração de mais de 360 mil cliques e 59 mil novos leads em campanhas de consideração, crescimento de 23% em relação ao ano anterior, consolidando a marca como um diferencial competitivo sustentável para o Sistema Unicred.



II. RELACIONAMENTO DIGITAL

Em 2025, o Sistema Unicred promoveu uma evolução estrutural em sua estratégia de Relacionamento Digital, consolidando um novo modelo de negócio desenhado para execução a partir de 2026, com apoio de consultoria estratégica, garantindo rigor analítico, benchmarking de mercado e direcionamento claro para geração de valor.

O projeto evidenciou as principais fortalezas do Sistema Unicred, com destaque para a principalidade e a receita por cooperado, além de mapear oportunidades concretas de aumento de rentabilidade no segmento Pessoa Física.

Como avanço relevante, incorporou o indicador de **Custo de Servir ao ciclo formal do Planejamento Estratégico, fortalecendo a governança e a tomada de decisão orientada por dados.**

Ao final de 2025, consolidamos as entregas priorizadas e iniciamos 2026 com um plano de execução claro, definido por impacto e eficiência operacional. Trata-se de uma iniciativa estruturante, com foco em escalar a base de cooperados, ampliar a rentabilidade da Pessoa Física e fortalecer o relacionamento digital como alavanca de eficiência, fidelização e crescimento sustentável do Sistema Unicred.

III. EXPERIÊNCIA DO COOPERADO

A área de Experiência tem como objetivo colocar **o cooperado no centro das estratégias do Sistema**, promovendo a evolução da cultura de experiência a partir de dois pilares estruturantes:

- > Voz do Cooperado (VoC), por meio da escuta estruturada das interações e consolidação de dados para identificação de dores e direcionamento de iniciativas;
- > Métricas de Experiência, com monitoramento contínuo de indicadores como NPS e CSAT, transformando resultados em ações táticas e estratégicas.

Em 2025, as principais evoluções registradas nessa frente foram a adoção de uma pesquisa de NPS sistêmica e recorrente, com visão por cooperativa; o fortalecimento da governança da experiência por meio do alinhamento com as 24 cooperativas em rituais mensais. **O NPS geral encerrou o ano com 67 pontos, posicionando o sistema na zona de qualidade.**

IV. MULTIADQUIRÊNCIA

Em 2025, o Sistema Unicred avançou na estratégia de multiadquirência com foco na sustentabilidade do negócio, redução de riscos operacionais e ampliação da captura de valor na cadeia de adquirência, assegurando continuidade operacional e preparando a Instituição para um modelo mais escalável e rentável. A manutenção dos adquirentes legados garantiu estabilidade e previsibilidade ao atendimento dos cooperados.

PERMITINDO QUE O VOLUME
TRANSACIONADO PELA
ADQUIRÊNCIA ALCANÇASSE
APROXIMADAMENTE

R\$ 2,3 bilhões

COM RESULTADO
CONSOLIDADO EM TORNO DE

R\$ 6,5 milhões

O UNICRED PAY APRESENTOU
EVOLUÇÃO CONSISTENTE,
TRANSACIONANDO CERCA DE

R\$ 1,0 bilhão

COM GERAÇÃO DE RECEITA
DE APROXIMADAMENTE

R\$ 7,6 milhões

RESULTADO ACUMULADO DE

R\$ 1,6 milhão

EVOLUÇÃO DO TICKET MÉDIO
NO SEGUNDO SEMESTRE PARA
PATAMARES PRÓXIMOS A

0,25%

A convivência entre os modelos legados e o fortalecimento do Unicred Pay impulsionaram o crescimento do volume transacionado, a melhoria do resultado e ganhos estruturais ao longo de 2025. Para 2026, o Sistema Unicred direciona seus esforços à consolidação do modelo de multiadquirência, com avanços contratuais e tecnológicos, visando ampliar o controle da cadeia de valor, viabilizar novos produtos e jornadas, preparar a operação para funding próprio e reduzir gradualmente a dependência dos modelos legados.



Evolução da Tecnologia da Informação

EM 2025, O SISTEMA
ALCANÇOU UM MARCO
RELEVANTE EM GOVERNANÇA
DE TI, COM DISPONIBILIDADE
DOS SERVIÇOS CRÍTICOS DE



99%

Dessa forma, assegurou continuidade operacional. Esse desempenho reflete a robustez da infraestrutura, a eficácia do monitoramento proativo e a gestão preventiva de incidentes, reforçando o compromisso da Instituição com resiliência tecnológica e alinhamento às melhores práticas do setor.

No âmbito da infraestrutura, a centralização dos serviços e o incentivo ao uso do suporte estruturado resultaram em mais de 90% de satisfação nos atendimentos, garantindo agilidade e qualidade na experiência dos colaboradores. A padronização da infraestrutura nas cooperativas ultrapassou 72%, promovendo maior consistência tecnológica e eficiência operacional em toda a rede.

Em canais digitais, o novo Internet Banking foi lançado integralmente em novembro e, ao longo do ano, registrou R\$ 54 bilhões em transações, evidenciando sua robustez, segurança e capacidade operacional.

Em inovação, a implementação de Inteligência Artificial Generativa no ServiceNow integrou a Base de Conhecimento ao copiloto de atendimento, ampliando a eficiência das áreas de Suporte aos Colaboradores e da Central de Relacionamento. Apenas em dezembro de 2025, a solução viabilizou a resolução direta de aproximadamente 1.400 registros, evitando a abertura de chamados e otimizando o tempo das equipes, com utilização imediata de 74% das funcionalidades disponíveis.

Na frente de segurança, o Sistema Unicred conquistou o Selo FEBRABAN de Prevenção a Fraudes 2025, que atesta a excelência das práticas de governança e proteção.

Adicionalmente, foram implementados mecanismos avançados de autenticação em ambientes Visa e Mobile, com validação mútua entre usuário e servidor, reduzindo riscos de fraude e elevando a segurança das transações.

Centralização Financeira

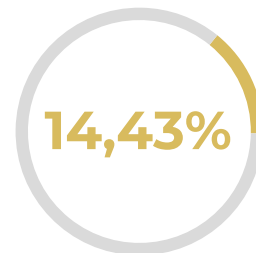
A Centralização Financeira do Sistema Unicred é conduzida pela Tesouraria da Unicred do Brasil, com foco na gestão integrada dos recursos das cooperativas, observando critérios de liquidez, rentabilidade, segurança e conformidade regulatória.

Em 2025, foram implementados ajustes relevantes na estratégia de alocação de recursos, com redução da exposição a crédito privado corporativo, internalização de recursos e renegociação de taxas, gerando economias recorrentes e maior eficiência financeira. A adoção de depósitos voluntários junto ao Banco Central e a reorganização da estrutura de fundos contribuíram para ganhos adicionais de resultado e para o fortalecimento da gestão de riscos, mantida sob postura conservadora ao longo do exercício.



AO FINAL DE 2025, A CENTRALIZAÇÃO FINANCEIRA TOTALIZOU

**R\$ 14,7 bilhões
sob gestão**



DE RETORNO,
O EQUIVALENTE A
100,85% DO CDI

O DESEMPENHO RESULTOU EM
RECEITAS TOTAIS DE

R\$ 1,8 bilhão



DAS RECEITAS DO
SISTEMA UNICRED

**Além do fortalecimento
da governança e da
transparência na gestão
dos recursos.**

Gestão de Riscos e Supervisão

No segundo semestre de 2025, a Unicred do Brasil passou a integrar o Segmento Prudencial 3 (S3), conforme a regulamentação vigente, o que demandou ajustes na governança, nos processos e nos mecanismos de reporte prudencial, com foco na confiabilidade, consistência e rastreabilidade das informações.

No âmbito dos riscos financeiros e de crédito, foram promovidas evoluções relevantes ao longo do ano, incluindo o aprimoramento dos testes de estresse, maior integração aos processos de monitoramento e a revisão dos modelos de perda esperada e provisões, em conformidade com a Resolução CMN nº 4.966/21. Destacam-se o desenvolvimento do Score Unicred, a recalibração das metodologias e o fortalecimento da base de dados, apoiados pela estruturação de um Data Lake com soluções analíticas e painéis de acompanhamento e simulação.

Em relação aos riscos não financeiros, a Instituição manteve o fortalecimento da Cultura de Gestão Integrada de Riscos por meio do Programa ConverGir, envolvendo alta gestão, colaboradores e cooperativas, além de ações contínuas de capacitação e comunicação.

Essa abordagem **assegura o tratamento transversal dos riscos e do capital**, em alinhamento às diretrizes institucionais e ao arcabouço de gerenciamento de riscos do Sistema Unicred.

A Supervisão do Sistema Unicred é centralizada na Unicred do Brasil, vinculada à Diretoria de Sustentabilidade e Supervisão, em função da migração para o modelo de dois níveis, assegurando padronização de procedimentos, uniformidade de critérios técnicos e tratamento isonômico entre as cooperativas.

A atuação compreende o acompanhamento, a avaliação e a orientação das cooperativas, com intervenções quando necessárias, visando garantir conformidade regulatória, boas práticas de governança, adequada gestão de riscos, solidez econômico-financeira e a proteção dos cooperados.

Esse processo é contínuo, estruturado e orientado por dados, com base em indicadores de desempenho, relatórios gerenciais e evidências objetivas, operando de forma integrada aos mecanismos de governança, compliance, auditoria e gestão de riscos, contribuindo diretamente para a sustentabilidade e o fortalecimento da saúde financeira do Sistema Unicred.

Programa de Conformidade Sistêmico

Em 2025, o Programa de Conformidade Sistêmico avançou na consolidação da governança e da integridade no Sistema Unicred, com iniciativas voltadas à prevenção, padronização e transparência. Destacam-se a centralização do Canal de Ética e das investigações internas das cooperativas singulares, além do fortalecimento do suporte à revisão e padronização dos normativos sistêmicos e locais.

A centralização dos serviços possibilitou o monitoramento de legislações e das demandas regulatórias, garantindo respostas tempestivas, além do fortalecimento da agenda de capacitação, com o lançamento do programa Embarque em Compliance. O Sistema Unicred também reafirmou seu compromisso com a integridade ao aderir ao Pacto Brasil pela Integridade Empresarial, avançou na atualização do Código de Conduta Ética — com lançamento previsto para 2026 — e aprimorou a gestão do risco reputacional, incluindo a sanitização da base de contratos, a revisão de normativos locais e a adoção sistêmica da Análise Reputacional de Parceiros, reforçando a segurança regulatória e a coerência institucional.

Programa Sistêmico de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo

O Programa Sistêmico de Prevenção à Lavagem de Dinheiro e ao Financiamento do Terrorismo é conduzido de forma centralizada pela Unicred do Brasil, com base em políticas e normas que asseguram diretrizes homogêneas de prevenção, monitoramento e mitigação de riscos em todo o Sistema, em conformidade com a Circular BCB nº 3.978/20 e a Carta-Circular BCB nº 4.001/20. Em 2025, o Programa foi fortalecido por investimentos em novos mecanismos de monitoramento, com destaque para o segmento de jogos de azar, revisão das regras de detecção para alinhamento às melhores práticas de mercado e ampliação do uso de Inteligência Artificial para identificação de comportamentos atípicos com alto potencial de comunicação ao COAF. Essas evoluções elevaram a efetividade do controle e a precisão na identificação de riscos, complementadas por ações contínuas de capacitação e engajamento, garantindo disseminação do conhecimento e aderência aos padrões de compliance entre colaboradores, parceiros e prestadores de serviços.

Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC)

Em outubro de 2025 a Unicred do Brasil atualizou a Política de Responsabilidade Social, Ambiental e Climática (PRSAC) Sistêmica, com o objetivo de conferir maior robustez e alinhamento às resoluções vigentes. O documento passou a apresentar diretrizes segregadas pelos pilares social, ambiental e climático, incorporou a materialidade ESG, construída a partir de consulta às partes interessadas, definiu as atribuições do diretor estatutário responsável pela PRSAC e ampliou seu escopo de aplicação à ZIIN DTVM. A política tem como objetivo estabelecer diretrizes que assegurem a inclusão e a disseminação de práticas sociais, ambientais e climáticas pela Unicred do Brasil, Cooperativas Filiadas e ZIIN Investimentos, nos negócios e na relação com as partes interessadas.



Inventário de emissões GEE Sistêmico

Em 2025, o Sistema Unicred avançou de forma estruturante na agenda ambiental com a realização do seu primeiro Inventário Sistêmico de Emissões de Gases de Efeito Estufa (GEE), consolidando dados das cooperativas singulares e da Central. O levantamento apurou emissões totais de 3.010,19 tCO₂e e estabeleceu uma linha de base para o monitoramento contínuo do desempenho ambiental do Sistema. A iniciativa amplia a transparência, fortalece a governança ESG e cria fundamentos técnicos para decisões estratégicas, permitindo maior comparabilidade entre unidades, aprimoramento da eficiência operacional e direcionamento de ações futuras de mitigação e redução de emissões.

Programas de Educação Financeira

Com o compromisso de promover o desenvolvimento social e a inclusão financeira nas comunidades em que atua, o Sistema Unicred, por meio do Instituto Unicred, manteve e ampliou, em 2025, seus programas estruturados de educação financeira e ações sociais. As iniciativas reforçam o papel do cooperativismo como agente de transformação, ao fomentar escolhas financeiras mais conscientes, cidadania e geração de valor social de longo prazo.

No eixo de educação financeira, os programas Unipoupe e Vida que Prospera ampliaram significativamente seu alcance.



Em 2025, o Unipoupe:



BENEFICIOU
3.697
PESSOAS



TOTALIZANDO DESDE 2021
11.916
PESSOAS IMPACTADAS

Já o Vida que Prospera:



ALCANÇOU
6.014
ALUNOS E PROFESSORES
NO ANO



SOMANDO
75.044
PESSOAS BENEFICIADAS
DESDE SUA CRIAÇÃO

Consolidando-se como uma das principais iniciativas de educação e inclusão financeira do Sistema.

Projetos e Ações Sociais

Complementarmente, o Sistema Unicred desenvolveu projetos sociais voltados à educação, sustentabilidade, solidariedade e inclusão social.

DESTAQUE PARA

OS PROJETOS:

> **Casulo:**

Beneficiou
3.862 CRIANÇAS

> **Batalhão do Bem:**

Iniciativa de economia circular com impacto social e ambiental relevante

> **Projeto Nova Página:**

Voltado à conscientização sobre doação de órgãos

> **Programa Doador Fiel:**

Fortalece a cultura do voluntariado e da solidariedade entre colaboradores.

Essas ações foram potencializadas pelo engajamento de mais de 400 colaboradores voluntários em 2025, evidenciando a integração entre propósito institucional, impacto social e participação ativa do público interno.



Destques da Coopnre Unicred

Ao encerrarmos mais um exercício, apresentamos aos senhores Cooperados os resultados alcançados e as principais ações realizadas pela Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área Notarial e Registral – Coopnre, ao longo do ano de 2025. Este período foi marcado por acontecimentos relevantes que reforçam nosso compromisso permanente com a evolução, a solidez e o fortalecimento da Cooperativa, sempre pautados pela responsabilidade, transparência e geração de valor aos nossos Cooperados.

Modernização da Estrutura

Realizamos a mudança para uma nova Sede administrativa em Porto Alegre/RS e a reinauguração da agência de Florianópolis/SC. Os novos espaços, mais modernos e funcionais, foram projetados para proporcionar maior bem-estar às equipes e maior comodidade aos nossos Cooperados. Inseridas nesse contexto, as equipes da Coopnre Unicred dedicaram-se, de forma contínua, à busca por soluções viáveis e sustentáveis para a Cooperativa, com foco no fortalecimento da gestão de pessoas, da tecnologia e dos negócios. Mantivemos investimentos constantes na qualificação das equipes, com foco em oferecer ao Cooperado uma experiência consistente, positiva e personalizada em todos os pontos de contato. Essa atuação foi fundamental para que os desafios fossem enfrentados com planejamento, responsabilidade e efetividade.

Gestão e Governança

Foi nomeada a nova Diretoria da Coopnre Unicred, composta por Deborah Simões Real, que assumiu o cargo de Diretora Executiva, e Ana Cláudia Silva, nomeada Diretora de Operações. Esse novo ciclo marcou também o encerramento da trajetória do Sr. Altamar Garcia Mendes, que muito contribuiu para o crescimento da Cooperativa. Registramos nosso sincero agradecimento pela sua dedicação e comprometimento.



Destaques da Coopnore Unicred

Comemoração dos 20 anos

Ao longo de duas décadas, a Coopnore Unicred construiu uma trajetória pautada pela confiança, pelo cooperativismo e pelo compromisso com os profissionais da área notarial e registral. Foram anos de aprendizado, crescimento e fortalecimento institucional, sempre com foco na geração de valor, na solidez financeira e na proximidade com os nossos Cooperados.

O ano de 2025 teve um significado especial ao marcar os 20 anos da Cooperativa, celebrados sob o conceito “Há 20 anos, a nossa história coopera com a sua”. Mais do que uma data comemorativa, esse marco representou a consolidação de um modelo de atuação responsável, sustentável e alinhado às necessidades da classe, reforçando o propósito que nos trouxe até aqui e que seguirá orientando as nossas decisões para o futuro. Entre as ações comemorativas, destacamos:

- Criação de um selo exclusivo, representando nossa trajetória e visão de futuro.
- Lançamento da fragrância institucional “Origem – a fragrância dos cartórios brasileiros”, iniciativa que reforça valores essenciais como confiança, ética e segurança jurídica. O projeto partiu do entendimento de que os cartórios são ambientes onde esses princípios se materializam diariamente. Concebida para acolher de forma discreta e humanizada, a fragrância contribui para tornar a experiência nos espaços das serventias mais leve, agradável e memorável, fortalecendo o vínculo emocional com usuários e profissionais.
- Produção de vídeos com depoimentos de Cooperados, evidenciando a confiança construída ao longo dos anos, os impactos positivos das soluções financeiras oferecidas e o papel da Coopnore Unicred no fortalecimento da atividade notarial e registral. A apresentação do vídeo final ocorreu durante o Congresso da ANOREG/BR e a Conferência Nacional dos Cartórios (CONCART).
- Lançamento do Projeto Embaixadores da Marca, uma iniciativa estratégica que marcou de forma significativa o ano de 2025. O projeto conta com 27 representantes, um em cada Estado brasileiro e no Distrito Federal, escolhidos por sua conexão com o cooperativismo e com a atividade notarial e registral. Os Embaixadores da Marca têm como missão fortalecer o relacionamento institucional, ampliar a presença nacional da Coopnore Unicred e atuar como “pontes” que conectam a Cooperativa, as entidades de classe e os Cooperados em suas regiões. Essa iniciativa reforça o posicionamento da Coopnore Unicred como uma cooperativa próxima, presente e alinhada às realidades locais, contribuindo para a disseminação dos valores cooperativistas e para o fortalecimento da nossa atuação em todo o território nacional.

Responsabilidade Social e Sustentabilidade

Participamos da Campanha do Agasalho 2025, promovendo a arrecadação de roupas e calçados destinados a instituições sociais. Em parceria com o Instituto Unicred, realizamos ações de educação financeira voltadas a estudantes em Porto Alegre/RS, contribuindo para a formação cidadã e o desenvolvimento de hábitos financeiros responsáveis.

Destaques da Coopnore Unicred

Também integramos o Movimento Ecooperação, arrecadando 11 kg de tampas plásticas e lacres metálicos destinados à reciclagem, reforçando o compromisso com a sustentabilidade e a responsabilidade ambiental.

No âmbito do Projeto Casulo, realizamos a doação de 109 kits escolares ao Centro Social Marista Irmão Bortolini, beneficiando crianças em situação de vulnerabilidade e apoiando iniciativas voltadas à educação e à inclusão social.

Desempenho Econômico-Financeiro e Patrimonial

A Coopnore encerrou o exercício de 2025 com ativos totais de R\$ 313 milhões. As operações de crédito e os outros ativos financeiros com características de concessão de crédito totalizaram R\$ 111 milhões. Os recursos captados e administrados, formados pelos depósitos e emissões de letras, registraram saldo de R\$ 255 milhões. O patrimônio líquido registrou R\$ 29 milhões, sendo que o capital social representa R\$ 21 milhões deste montante. As sobras acumuladas obtidas no exercício de 2025, antes do pagamento dos juros sobre o capital próprio, totalizaram R\$ 6,9 milhões.

A Coopnore Unicred manteve sua trajetória de crescimento sustentável, consolidando resultados expressivos que refletem a solidez da gestão e o compromisso com a saúde financeira da Cooperativa. A performance registrada demonstra equilíbrio entre expansão das operações e preservação da liquidez, garantindo segurança aos nossos Cooperados.

Os indicadores patrimoniais evidenciam evolução consistente, impulsionada pela fidelização da base de associados, ampliação da carteira de crédito e fortalecimento das receitas provenientes de produtos e serviços. Esse desempenho foi sustentado por políticas prudenciais de gestão de riscos, alinhadas às melhores práticas do mercado e às diretrizes regulatórias.

A Cooperativa encerrou o período com indicadores enquadrados às Resoluções e índices de inadimplência controlados, assegurando a higidez do portfólio e a capacidade de atender às demandas da classe notarial e registral. Mantivemos foco na eficiência operacional, otimizando processos e investindo em tecnologia para aprimorar a experiência do Cooperado e reduzir custos.

Esse resultado reforça nosso compromisso com a geração de valor, a perenidade do negócio e a preservação dos princípios cooperativistas, garantindo que a Coopnore Unicred permaneça como referência nacional no segmento extrajudicial.

Resultados e Perspectivas

Encerramos o exercício com um resultado histórico, que reflete o comprometimento das nossas equipes, a confiança dos Cooperados e o apoio das Entidades de Classe. Em 2025, esse resultado se materializou também na remuneração do capital social dos cooperados à razão de 13,98% do CDI, percentual máximo permitido pela regulação, reafirmando um dos pilares mais genuínos do cooperativismo: o valor gerado retorna para quem coopera.

Seguimos firmes no propósito de gerar valor real para a classe notarial e registral, oferecendo soluções financeiras adequadas, sustentáveis e alinhadas às suas necessidades. Mais do que resultados financeiros, acreditamos em uma Cooperativa conectada à sua base, próxima das entidades, atenta às transformações do setor e comprometida com o fortalecimento do cooperativismo em âmbito nacional.

Agradecimentos

Reafirmamos nosso compromisso com o avanço coletivo e registramos nossos sinceros agradecimentos aos Associados, às Entidades de Classe, ao Sistema Unicred, aos parceiros e aos colaboradores, cuja dedicação, confiança e profissionalismo sustentam o nosso crescimento, fortalecem a nossa credibilidade e dão sentido ao cooperativismo que praticamos todos os dias.

**Cooperar pode transformar o
nosso mundo.**

*Conselho de Administração e
Diretoria Executiva*







**Shape the future
with confidence**

Setor Hoteleiro Sul - Quadra 06
Conjunto A - Bloco A
1º andar - salas 104 e 105
70316-000 - Brasília - DF - Brasil
Tel: +55 61 2104-0100
ey.com.br

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras

Aos Administradores, Conselheiros e Cooperados da
**Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área Notarial e
Registral - Coopnore**
Porto Alegre - RS

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área Notarial e Registral - Coopnore ("Cooperativa") que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 e as respectivas demonstrações de sobras ou perdas, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Cooperativa em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Cooperativa, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, aplicáveis a auditorias de demonstrações financeiras no Brasil, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfase - Ausência dos valores correspondentes

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 2 às demonstrações financeiras que descreve que as referidas demonstrações foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil, considerando a dispensa da apresentação, nas demonstrações financeiras referentes aos períodos de 2025, dos valores comparativos relativos aos períodos anteriores, conforme previsto na Resolução nº 4.966 do Conselho Monetário Nacional (CMN). Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.



**Shape the future
with confidence**

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A diretoria da Cooperativa é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central do Brasil (BACEN), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Cooperativa continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Cooperativa ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Cooperativa são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



**Shape the future
with confidence**

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Cooperativa.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Cooperativa. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Cooperativa a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Brasília, 05 de março de 2026.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-015199/F

Renata Zanotta Calçada
Contadora CRC RS-062793/O-8

Balanço Patrimonial

31 de dezembro de 2025

(Em milhares de reais)

ATIVO	Nota explicativa	31/12/2025	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2025
ATIVO		313.019	PASSIVO		284.387
Disponibilidades	3	227	Passivos financeiros ao custo amortizado		271.245
Ativos financeiros ao custo amortizado		306.383	Depósitos	9	252.427
Relações interfinanceiras	3 e 4	199.252	Recursos por emissões de letras	9	3.006
Operações de crédito	5	94.444	Relações interfinanceiras	10	15.812
Outros ativos financeiros	6	16.395	Outros passivos	11	11.744
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	5 e 6	(3.708)	Provisões	11	1.398
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		4.639	PATRIMÔNIO LÍQUIDO		28.632
Títulos e valores mobiliários	4	4.639	Capital social	12	21.327
Outros ativos	7	1.136	Reservas de sobras		3.638
Imobilizado de uso	8	627	Sobras ou perdas acumuladas	12	3.667
Intangível		7			
TOTAL DO ATIVO		313.019	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		313.019

Demonstração de Sobras ou Perdas

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	Nota explicativa	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
		Total	Total
INGRESSOS E RECEITAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		24.617	45.206
Operações de crédito	5i	10.014	19.609
Ingressos de depósitos intercooperativos	4	14.603	25.597
DISPÊNDIOS E DESPESAS DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		(9.784)	(17.854)
Operações de captação no mercado	9	(9.784)	(17.854)
RESULTADO DA INTERMEDIÇÃO FINANCEIRA		14.833	27.352
PROVISÕES PARA PERDAS ESPERADAS ASSOCIADAS AO RISCO DE CRÉDITO	5j	(1.210)	(1.702)
OUTROS INGRESSOS E DISPÊNDIOS OPERACIONAIS		(10.057)	(18.784)
Ingressos e receitas de prestação de serviços	13	3.013	5.579
Dispêndios e despesas de pessoal e honorários	14	(3.708)	(6.962)
Outros dispêndios e despesas administrativas	15	(8.131)	(15.320)
Dispêndios e despesas tributárias		(181)	(279)
Outros dispêndios e despesas operacionais	16	(1.845)	(2.853)
Outros ingressos e receitas operacionais	17	795	1.051
RESULTADO OPERACIONAL		3.566	6.866
RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO		3.566	6.866
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		87	-
Provisão para imposto de renda		50	-
Provisão para contribuição social		37	-
RESULTADO ANTES DA REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO		3.653	6.866
REMUNERAÇÃO DO CAPITAL PRÓPRIO		(2.553)	(2.553)
Juros sobre o capital próprio		(2.553)	(2.553)
SOBRAS OU PERDAS ANTES DAS DESTINAÇÕES ESTATUTÁRIAS		1.100	4.313

Demonstração do Resultado Abrangente

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
	Total	Total
Resultado antes da remuneração do capital próprio	3.653	6.866
Total de outros resultados abrangentes	-	-
Resultado abrangente	3.653	6.866

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	Capital Social	Reserva Legal	Sobras Acumuladas	Total
Saldos em 31 de dezembro de 2024	17.760	3.332	420	21.512
Ajustes de transição Res. 4.966/21 (nota 2c)	-	-	(739)	(739)
Saldos em 1º de janeiro de 2025	17.760	3.332	(319)	20.773
DESTINAÇÃO RESULTADO EXERCÍCIO ANTERIOR				
Aumento da reserva legal	-	420	(420)	-
Utilização da reserva legal	-	(739)	739	-
SOBRAS/PERDAS	-	-	6.866	6.866
CAPITAL DE ASSOCIADOS				
Integralização de capital	2.853	-	-	2.853
Juros sobre o capital próprio	2.202	-	-	2.202
Baixas de capital	(1.488)	194	-	(1.294)
DESTINAÇÕES				
FATES - estatutário - ato cooperativo	-	-	(215)	(215)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(2.553)	(2.553)
Aumento da reserva legal	-	431	(431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.327	3.638	3.667	28.632

Descrição das contas	Capital Social	Reserva Legal	Sobras Acumuladas	Total
Saldos em 1º de julho de 2025 (não auditado)	18.520	3.074	3.213	24.807
SOBRAS/PERDAS	-	-	3.653	3.653
CAPITAL DE ASSOCIADOS				
Integralização de capital	1.557	-	-	1.557
Juros sobre o capital próprio	2.202	-	-	2.202
Baixas de capital	(952)	133	-	(819)
DESTINAÇÕES				
FATES - estatutário - ato cooperativo	-	-	(215)	(215)
Juros sobre o capital próprio	-	-	(2.553)	(2.553)
Aumento da reserva legal	-	431	(431)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2025	21.327	3.638	3.667	28.632

Demonstração do Fluxo de Caixa

Semestre findo em 31 de dezembro de 2025 e exercício findo em 31 de dezembro de 2025
(Em milhares de reais)

Descrição das contas	Nota explicativa	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
		Total	Total
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		15.068	45.071
SOBRAS AJUSTADAS		2.265	6.037
Sobras ou perdas antes das destinações estatutárias		3.653	6.866
Provisões para perdas esperadas com operações de crédito	5j	1.202	1.679
Provisões para perdas esperadas com outros ativos financeiros	5j	8	11
Provisões para perdas esperadas com garantias financeiras prestadas e outros compromissos de crédito	5j	-	12
Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES) – associados		(215)	(215)
Juros sobre o capital próprio		(2.553)	(2.553)
Depreciações e amortizações		96	163
Baixas do imobilizado		74	74
(AUMENTO)/REDUÇÃO NOS ATIVOS		(12.920)	(15.873)
Operações de crédito		(11.066)	(11.383)
Títulos e valores mobiliários		(1.271)	(1.271)
Relações interfinanceiras		2.839	1.909
Outros ativos financeiros		(3.735)	(5.462)
Outros ativos		313	334
AUMENTO/(REDUÇÃO) NOS PASSIVOS		25.723	54.907
Depósitos		17.509	35.705
Recursos por emissões de letras		1.673	1.975
Relações interfinanceiras		(6.469)	5.518
Outros passivos		13.010	11.709
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS		(114)	(488)
Aquisições de imobilizado		(114)	(488)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS		738	1.559
Integralizações de capital		1.557	2.853
Baixas de capital		(819)	(1.294)
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.692	46.142
DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA			
Caixa e equivalentes de caixa no início do semestre/exercício		182.495	152.045
Caixa e equivalentes de caixa no fim do semestre/exercício		198.187	198.187
AUMENTO/(REDUÇÃO) DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		15.692	46.142

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

NOTA 1 - CONTEXTO OPERACIONAL

A Cooperativa de Economia e Crédito Mútuo dos Profissionais da Área Notarial e Registral – Coopnore (“Coopnore” ou “Cooperativa”), CNPJ 07.714.057/0001-00, constituída em 10 de outubro de 2005, é uma cooperativa de crédito singular, instituição financeira não bancária, autorizada a funcionar pelo Banco Central do Brasil (“BCB”), filiada à Cooperativa Central de Crédito Unicred do Brasil (“Unicred do Brasil” ou “Cooperativa Central”) e integrante do Sistema de Crédito Cooperativo Unicred (“Sistema Unicred”). Sua constituição e funcionamento regulamentam-se pela Lei 4.595/64, que dispõe sobre a Política e as Instituições Monetárias, Bancárias e Creditícias, pela Lei 5.764/71, que define a Política Nacional do Cooperativismo e institui o regime jurídico das sociedades cooperativas, pelas Leis Complementares 130/09 e 196/22, que dispõem sobre o Sistema Nacional de Crédito Cooperativo, e pelas Resoluções do Conselho Monetário Nacional (CMN) nº 5.051/22, que dispõe sobre a constituição e funcionamento das cooperativas de crédito, e nº 4.970/21, que disciplina os processos de autorização relacionados ao funcionamento das instituições que especifica.

A Coopnore possui sede, administração e foro jurídico na cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, na Av. Praia de Belas, 1232 - sala 7, bairro Praia de Belas, com área de ação, para fins de instalação das dependências, e área de admissão de cooperados, prevista no artigo 1º do Estatuto Social da Cooperativa.

A Coopnore tem por objetivo prestar serviços financeiros diretamente a seus cooperados, por meio da captação de recursos, concessão de crédito, aplicação de recursos próprios e de terceiros e oferta de produtos e serviços financeiros, observados os princípios do cooperativismo e as diretrizes do Sistema Unicred, ao qual é filiada.

A Coopnore deverá, também:

- Prevenir e corrigir situações anômalas que possam configurar infrações a normas legais ou regulamentares, ou acarretar risco para a solidez da Cooperativa e do Sistema Unicred;
- Adotar medidas para assegurar o cumprimento das normas em vigor referentes à implementação de sistemas de controles internos e à certificação de empregados;
- Contratar auditoria externa para realizarem inspeções e auditorias.

O resumo da estrutura e gerenciamento dos riscos da Coopnore está descrito na nota 21.

A Administração da Cooperativa, considerando a análise dos ativos e passivos e a Norma de Gerenciamento do Risco de liquidez do Sistema Unicred, não identificou riscos que possam comprometer a liquidez. Os processos de acompanhamento das operações de crédito e de controle da inadimplência são conduzidos regularmente, e não foram observados eventos relevantes ou atípicos que pudessem afetar a liquidez da Cooperativa.

NOTA 2 - APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

a. Apresentação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pelo BCB, observando as diretrizes emanadas pela legislação aplicada às cooperativas de crédito, as regulamentações emanadas pelo CMN e pelo BCB, incluindo as Resoluções CMN nº 4.818/20 e BCB nº 2/20, que consolidam os critérios gerais para elaboração e divulgação de demonstrações financeiras, consubstanciadas no Padrão Contábil das Instituições Reguladas pelo BCB – COSIF e em observância aos pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) homologados pelo BCB.

O Sistema Unicred adotou o disposto no art. 23 da Resolução BCB nº 2/20 a partir das demonstrações financeiras do exercício de 2025, que faculta a apresentação das contas do ativo e do passivo no Balanço Patrimonial baseada na liquidez e na exigibilidade. O montante esperado a ser realizado ou liquidado em até doze meses e em prazo superior, está evidenciado nas notas explicativas.

O Sistema Unicred adotou o disposto no art. 79 da Resolução CMN nº 4.966/21, **ficando dispensado da apresentação comparativa nas demonstrações financeiras do exercício de 2025 em relação aos períodos anteriores**, os principais impactos da nova resolução podem ser verificados na nota 2c.

As demonstrações financeiras, incluindo as notas explicativas, são de responsabilidade da Administração da Coopnore e foram aprovadas em 05 de março de 2026.

a.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgação

a.1.1 Normas emitidas pelos órgãos reguladores que entraram em vigor a partir de 2025:

Resolução CMN nº 4.975/21: estabelece os critérios contábeis a serem seguidos pelas instituições financeiras e outras entidades autorizadas pelo BCB, tanto na qualidade de arrendadora quanto de arrendatária, no que tange às operações de arrendamento mercantil.

Conforme determinado por essa resolução, as instituições devem adotar o Pronunciamento Técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) 06 (R2) – Arrendamentos, que dispõe sobre o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das operações de arrendamento mercantil. Em particular, o CPC 06 (R2) introduz mudanças significativas ao abandonar a classificação dos arrendamentos em operacional e financeiro para os arrendatários, passando a adotar um modelo único de contabilização. Esse novo modelo exige que tanto os ativos quanto os passivos relacionados às operações de arrendamento sejam reconhecidos no balanço patrimonial das entidades, independentemente da natureza do arrendamento.

A adoção desse novo normativo, que entrou em vigor a partir de 1º de janeiro de 2025, representa uma mudança substancial nas práticas contábeis vigentes, impactando diretamente a forma como os arrendamentos são registrados, mensurados e apresentados.

Este processo de adaptação considera não apenas a reestruturação dos registros contábeis, mas também os ajustes necessários na análise dos fluxos de caixa e na gestão de ativos e passivos, conforme as novas diretrizes estabelecidas pelo CPC 06 (R2).

Resolução CMN nº 4.966/21 e Resolução BCB nº 352/23: introdução de mudanças significativas nas normas contábeis para instrumentos financeiros, alinhando-se aos conceitos da norma internacional IFRS 9 (CPC 48). Como principal impacto da resolução presente na respectiva demonstração financeira, destaca-se:

A adoção do modelo de perda esperada completa para o reconhecimento das Perdas Esperadas associadas ao risco de crédito. A classificação dos instrumentos financeiros em estágios, de acordo com o incremento do risco de crédito associado, são 3 estágios de classificação. Essa abordagem antecipa a identificação do risco de perda antes da ocorrência de inadimplência.

Ativos financeiros passam a ser mensurados e classificados com base no modelo de negócio da Cooperativa e em suas características contratuais de fluxos de caixa (também denominado teste de SPPJ - Somente Pagamento de Principal e Juros) e não mais com base na intenção.

As receitas e os encargos atreladas diretamente a origemação/emissão de instrumentos financeiros devem ser reconhecidos no resultado, utilizando-se o método de taxa de juros efetivas;

Novos critérios para mensuração de operações renegociadas e reestruturadas, visando maior transparência e comparabilidade;

Mudança do critério de suspensão da apropriação de juros, que passa a ocorrer a partir do momento em que as operações são caracterizadas como “ativo financeiro com problema de recuperação de crédito”;

Mudança no critério de baixa de ativo financeiros para prejuízo, que passam a ser baixados a partir do momento em que a cooperativa não tem mais expectativa de recuperação.

Vedação de registro no ativo de instrumentos baixados a prejuízo, exceto quando houver renegociação do instrumento, observando os devidos requisitos dispostos nas Resoluções.

Os efeitos dos ajustes decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram registrados no patrimônio líquido em contrapartida à conta de sobras ou perdas acumuladas pelo valor líquido dos efeitos tributários.

A reconciliação do patrimônio líquido da Cooperativa, demonstrando os efeitos da transição da norma em 1º de janeiro de 2025, está apresentado na nota “2c”.

Instruções Normativas BCB nº 426 a 433 alteradas pelas 493 a 500 de 2024: Os eventos dos roteiros contábeis da Cooperativa foram adaptados de forma a registrar os ativos e passivos financeiros de acordo com as novas contas COSIF’s divulgadas por tais instruções.

a.1.2 Resumo sobre o processo de regulamentação da Reforma Tributária que entrará em vigor a partir de 2026:

Em decorrência da promulgação e do avanço do processo de regulamentação da **Reforma Tributária** sobre o consumo, que estabelece a substituição gradativa de tributos atuais por um sistema dual composto pela Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS) e pelo Imposto sobre Bens e Serviços (IBS), o Sistema Unicred vem acompanhando as alterações normativas, seus atos infralegais e os respectivos efeitos potenciais sobre as operações, processos e sistemas da Cooperativa.

Considerando o estágio atual de implementação, o Sistema Unicred vem conduzindo, para o exercício de 2026, um plano de adequação voltado (i) à revisão de processos de faturamento e contratação com fornecedores, (ii) à avaliação de impactos sobre o preço e a estrutura de custos dos serviços oferecidos, (iii) avaliação sobre eventuais necessidades de emissão de nota fiscal de serviço, (iv) mapeamento e classificação das operações para fins de apuração e escrituração em eventuais obrigações acessórias, e (v) à atualização de sistemas, cadastros fiscais e parametrizações para captura, conciliação e suporte à apuração de créditos e débitos, quando aplicável.

Entre os principais temas em avaliação, destacam-se:

- Impactos nos serviços oferecidos**, inclusive pela eventual necessidade de adequações contratuais para refletir a forma de destaque e repasse de CBS/IBS nas notas fiscais e documentos fiscais equivalentes;
- Procedimentos de apuração e controle de créditos tributários**, observadas as regras de não cumulatividade e os requisitos de documentação e escrituração;

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

- c) **adequações operacionais e de compliance**, envolvendo governança de dados fiscais, trilhas de auditoria, conciliações e controles internos; e
- d) **potenciais efeitos sobre apresentação, notas explicativas e divulgações**, na medida em que evoluam as definições regulatórias e as orientações de órgãos competentes.

Na data de autorização para emissão destas demonstrações financeiras, não foi possível mensurar com confiabilidade os efeitos financeiros líquidos da Reforma Tributária para o exercício de 2026, uma vez que parte relevante do arcabouço regulatório e operacional ainda se encontra em fase de detalhamento e implementação, podendo sofrer alterações. O Sistema Unicred seguirá acompanhando a evolução normativa e, quando aplicável, refletirá os impactos na mensuração, no reconhecimento e/ou na divulgação contábil de forma prospectiva, em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a regulamentação aplicável.

b. Descrição das políticas contábeis

As políticas contábeis aplicadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão definidas abaixo. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente no exercício apresentado.

b.1 Estimativas contábeis

A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Cooperativa no processo de aplicação das políticas contábeis. As demonstrações financeiras da Cooperativa incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas-úteis do ativo imobilizado, redução do valor recuperável de ativos intangíveis e outros ativos, provisões para perdas associadas ao risco de crédito, valor justo de certos instrumentos financeiros, provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas e outras similares. Os resultados reais podem apresentar variações em relação às estimativas. A Administração da Cooperativa monitora e revisa as estimativas e suas premissas pelo menos semestralmente.

b.2 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa são representados por disponibilidades em moeda nacional, depósitos bancários, centralização financeira mantida na Cooperativa Central, cujo vencimento das operações na data da efetiva aplicação seja igual ou inferior a 90 dias, que apresentam risco insignificante de mudança de valor e são utilizados pela Cooperativa para o gerenciamento de seus compromissos de curto prazo.

b.3 Instrumentos financeiros

b.3.1 Classificação dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros do Sistema Unicred são classificados nas seguintes categorias:

Custo Amortizado (CA): o ativo é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é manter ativos financeiros com o fim de receber os respectivos fluxos de caixa contratuais, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros.

Valor Justo por meio de Outros Resultados Abrangentes (VJORA): o ativo financeiro é gerido dentro de modelo de negócios cujo objetivo é gerar retorno tanto pelo recebimento dos fluxos de caixa contratuais quanto pela venda do ativo financeiro com transferência substancial de riscos e benefícios, constituídos apenas por pagamentos de principal e juros, quanto para a venda.

Valor Justo no Resultado (VJR): utilizada para ativos financeiros que não atendem os critérios descritos acima.

A classificação em cada uma das categorias de mensuração depende da avaliação do modelo de negócios para cada ativo financeiro, bem como das características dos seus fluxos de caixa contratuais (teste de SPPJ).

Para determinar o modelo de negócio, a Cooperativa avalia a estratégia de obtenção de resultados financeiros, ou seja, pelo i) recebimento de fluxos de caixa de principal e juros, ii) pela venda, ou por iii) ambos. Para isso, leva em consideração, entre outros, as seguintes evidências:

- os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócio;
- como os gestores do negócio são remunerados;
- e como o desempenho do modelo de negócios é avaliado e reportado à Administração.

A avaliação das características dos fluxos de caixa é feita por meio de aplicação do teste de SPPJ a fim de avaliar se os fluxos de caixa contratuais constituem apenas pagamento de principal e juros. Para atender esse conceito os fluxos de caixa devem incluir contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e risco de crédito. Se esse conceito não for atendido, o ativo financeiro é classificado ao Valor Justo por meio do Resultado.

O Sistema Unicred, no reconhecimento inicial de seus instrumentos financeiros, não exerceu as opções irrevogáveis de (i) designar instrumentos patrimoniais de outras entidades para mensuração ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, nem de (ii) classificar ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

Os passivos financeiros, conforme as diretrizes estabelecidas nos arts. 9º das Resoluções CMN nº 4.966/21 e BCB nº 352/23, são em sua maioria classificados e mensurados pelo custo amortizado, incluindo passivos associados a empréstimos e financiamentos, que atendem aos critérios específicos para essa classificação.

b.3.2 Mensuração dos instrumentos financeiros

A mensuração dos ativos e passivos financeiros dependem da categoria de mensuração onde foram classificados, a saber:

Custo amortizado (CA): os ativos e passivos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, acrescidos ou deduzidos dos custos de transação. Subsequentemente são mensurados ao custo amortizado, acrescidos das atualizações efetuadas utilizando a taxa efetiva de juros. Os ganhos dos ativos financeiros desta categoria são reconhecidos na rubrica "Receitas de juros", enquanto as despesas de juros dos passivos financeiros são reconhecidas na rubrica "Despesas de juros", ao longo do prazo do respectivo contrato.

Ao valor justo em outros resultados abrangentes (VJORA): os ativos financeiros nesta categoria são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Subsequentemente são mensurados pelo valor justo, sendo os ganhos ou perdas provenientes de alterações no valor justo reconhecidos diretamente em rubrica específica do patrimônio líquido intitulada "Ajuste de avaliação patrimonial", até que o ativo financeiro seja baixado. Quando da realização de baixa do ativo, os ganhos ou perdas acumulados na rubrica específica do patrimônio líquido são transferidos para o resultado do período. Os juros de ativos financeiros classificados nesta categoria são reconhecidos no resultado do exercício na rubrica "Receitas de juros". Os juros desses ativos financeiros são calculados com base na aplicação do método da taxa efetiva de juros.

Ao valor justo por meio do resultado (VJR) e designados ao valor justo no reconhecimento inicial: são inicialmente reconhecidos pelo seu valor justo, sendo os respectivos custos de transação reconhecidos como despesa. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações no valor justo desses ativos e passivos financeiros são apresentados na demonstração consolidada do resultado na rubrica "Resultado líquido de juros", no período em que ocorrem.

Hierarquia do valor justo:

Para os ativos financeiros mensurados a valor justo, os diferentes níveis foram definidos como segue:

Instrumentos Financeiros – Nível 1: O valor justo dos ativos financeiros é baseado nos preços de mercado, cotados na data do balanço.

Instrumentos Financeiros – Nível 2: O valor justo dos ativos financeiros que não são negociados em mercados ativos (por exemplo, derivativos de balcão) é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. Se todas as premissas relevantes utilizadas para determinar o valor justo desse ativo puderem ser observadas no mercado, esse estará incluído no nível 2.

Instrumentos Financeiros – Nível 3: Se uma ou mais informações relevantes não estiver baseada em dados adotados pelo mercado, o ativo estará incluído no nível 3.

b.3.3 Reclassificação dos instrumentos financeiros

A Cooperativa não reclassificou seus ativos financeiros durante o exercício de 2025.

b.3.4 Baixa dos instrumentos financeiros

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais de recebimento dos fluxos de caixa provenientes destes ativos cessam ou se houver uma transferência substancial dos riscos e benefícios de propriedade do instrumento e tal transferência se qualifica para baixa.

Passivos financeiros são baixados se a obrigação for extinta contratualmente ou liquidada.

b.4 Método de taxa efetiva de juros

A taxa efetiva de juros é a taxa que desconta exatamente os pagamentos e recebimentos futuros em caixa ao longo da vida esperada do ativo ou passivo financeiro (ou, se apropriado, um período inferior) até atingir-se o valor de registro do ativo ou passivo financeiro.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

A taxa efetiva de juros é estabelecida quando do reconhecimento inicial do ativo ou passivo financeiro. O cálculo da taxa efetiva de juros inclui os custos de transação identificados como elegíveis, como por exemplo:

- Receitas recebidas pela instituição relacionadas à aquisição ou à originação do ativo financeiro;
- Taxas de avaliação da situação financeira e do risco de crédito da contraparte para cada instrumento específico;
- Custos de avaliação e registro de garantias vinculadas a cada instrumento financeiro;
- Custos de processamento de documentos e fechamento da transação;
- Custos de originação pagos na emissão de ativos e passivos financeiros.

Entende-se como custos da transação elegíveis os custos incrementais diretamente atribuíveis à aquisição, emissão ou alienação de um ativo ou passivo financeiro.

Conforme requisitos determinados pela Resolução BCB nº 352/23, o Sistema Unicred optou em utilizar a “metodologia diferenciada linear” para operações de crédito e outras operações com características de concessão de crédito. Não foram identificados custos de transações (receitas e despesas) atribuíveis individualmente para os títulos e valores mobiliários (TVM) e para os passivos financeiros emitidos (captações).

b.5 Provisão para perdas

b.5.1 Visão Geral

O Sistema Unicred adota a metodologia completa de apuração das perdas esperadas para cálculo de provisão, conforme a Resolução CMN nº 4.966/21. Essa metodologia utiliza modelos estatísticos para estimar perdas esperadas e considera os pisos mínimos de provisionamento para operações inadimplidas, conforme a Resolução BCB nº 352/23. As perdas esperadas são registradas para os seguintes instrumentos financeiros:

- Aplicações interfinanceiras de liquidez;
- Títulos e valores mobiliários mensurados ao Custo Amortizado (CA) e Valor Justo por Outros Resultados Abrangentes (VJORA), exceto títulos públicos emitidos pelo Governo Brasileiro;
- Operações de créditos;
- Outros ativos financeiros; e
- Exposições “off-balance” (que gerem risco de crédito).

b.5.2 Estágios

O Sistema Unicred aplica a abordagem de três estágios para mensurar a perda de crédito esperada. Os ativos financeiros migram entre estágios conforme a evolução do risco de crédito:

Estágio 1: Ativos sem aumento significativo do risco de crédito desde a originação. A perda esperada é calculada considerando a probabilidade de *default* (PD) para os próximos 12 meses.

Estágio 2: Ativos com aumento significativo do risco de crédito em relação à data de originação, mas sem evidência de problema na recuperação de crédito. A perda esperada é baseada na PD *Lifetime*, ou seja, o cálculo da PD considera todo o prazo remanescente da operação.

Estágio 3: Ativos com problema de recuperação de crédito (**Ativo Problemático**). A perda esperada reconhecida será o maior valor entre:

- A perda calculada pelo **Modelo de Apuração de Perda Esperada e Cálculo de Provisão do Sistema Unicred**; ou
- O piso mínimo exigido pela **Resolução BCB nº 352/23** (Anexo 1 – “Provisão para perdas incorridas aplicável aos ativos financeiros inadimplidos”) para as operações inadimplidas (aquelas com mais de 90 dias de atraso).

b.5.3 Aumento significativo no risco de crédito

O conceito de risco de crédito está fundamentado na probabilidade de *default* ao longo de toda a vida útil do contrato. No momento da concessão pelo Sistema Unicred, a operação é registrada em **Estágio 1**. Posteriormente, em cada data-base, a instituição avalia se houve aumento significativo no risco de crédito em relação ao reconhecimento inicial.

Caso seja identificado aumento significativo no risco de crédito, a operação deve ser reclassificada para o Estágio 2. Se, além disso, houver evidência objetiva de dificuldade na recuperação do crédito, será alocada no Estágio 3. Por fim, quando a operação apresentar problemas de recuperação e estimativas insignificantes de recebimento, com atraso superior a 360 dias, deverá ser baixada para prejuízo.

As definições de **aumento significativo** e **ativo problemático** consideram aspectos qualitativos e prospectivos (projeções de modelos de probabilidade de *default*), bem como o atraso efetivo do ativo financeiro.

Os ativos classificados no Estágio 2 são aqueles que apresentam aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, tendo como premissa refutável o atraso superior a 30 dias (limitado a 60 dias).

No Estágio 3 devem ser incluídos todos os contratos com evidência de problema na recuperação do crédito (**Ativo Problemático**). A marcação como ativo problemático ocorre quando o contrato apresenta atraso superior a 90 dias, foi objeto de reestruturação, ou quando o cooperado demonstra características que indiquem dificuldade de pagamento, como: situação de recuperação judicial, falência, prejuízo na cooperativa ou outras constatações que evidenciem incapacidade financeira da contraparte.

b.5.4 Cálculo da perda esperada

O cálculo da perda esperada tem como objetivo estimar as perdas em crédito ao longo de um determinado horizonte de tempo, considerando três parâmetros fundamentais:

Probabilidade de Default (PD): Representa a probabilidade futura de o ativo contratado pelo cooperado entrar em inadimplemento e/ou se tornar um ativo com problema de recuperação de crédito dentro de uma janela de tempo definida.

Perda Dada ao Default (LGD): Corresponde ao percentual de perda econômica da operação de crédito após a ocorrência da *default*, considerando todos os fatores relevantes para recuperação. Em outras palavras, indica a proporção do valor não recuperado em relação ao valor do crédito no momento do *default*.

Exposição ao Default (EAD): Refere-se ao valor exposto da operação de crédito no momento do *default*, incluindo saldo contábil e a aplicação do **CCF (Credit Conversion Factor)** sobre limites não utilizados. O CCF estima a parcela desses limites que tende a ser efetivamente utilizada.

Adicionalmente, a Resolução CMN nº 4.966/21 determina que os modelos devem incorporar variáveis preditivas de fatores macroeconômicos, com o objetivo de proporcionar uma visão do risco frente a fatores exógenos e antecipar impactos em cenários extremos (testes de estresse). Em síntese, as variáveis *forward looking* funcionam como mecanismos de ajuste dos modelos diante de efeitos macroeconômicos ou mudanças na política de crédito.

No âmbito do Sistema Unicred, a segmentação utilizada para fins de modelagem da LGD contempla, entre outros fatores, a presença de garantias, conforme estabelecido na Norma de Risco de Crédito. A LGD é segmentada considerando as variáveis:

- (i) tipo de pessoa (PF ou PJ);
- (ii) existência de reestruturações;
- (iii) presença de garantias; e
- (iv) dias de atraso.

A inclusão da variável “presença de garantias” tem por objetivo identificar agrupamentos comportamentais mais representativos, de forma a refletir adequadamente a recuperação observada em operações inadimplentes com diferentes tipos de mitigadores de risco. As garantias consideradas nos segmentos para sensibilização da LGD são:

- Hipotecas e alienação fiduciária: imóvel (inclusive CCB Guarda-Chuva), veículos, máquinas e equipamentos;
- Cessão: emolumentos de cartórios;
- Caução: aplicação financeira (sem percentual mínimo de cobertura).

Dessa forma, o impacto das garantias no cálculo da PE ocorre por meio do ajuste da LGD, que, ao ser reduzida nos segmentos com maior capacidade de recuperação observada, influencia diretamente o valor final da Perda Esperada ($PE = PD \times LGD \times EAD$). Não havendo outros impactos adicionais das garantias diretamente na PD ou na EAD.

b.5.5 Ativos financeiros com problema de recuperação de crédito

O ativo financeiro dos cooperados é caracterizado como “Ativo Problemático” (AP) quando:

- Apresenta atraso superior a 90 (noventa) dias no pagamento de principal e encargos;
- Trata-se de reestruturação não curada;
- O cooperado possui prejuízo na cooperativa;
- O cooperado está em recuperação judicial ou falência;
- Há constatações adicionais de incapacidade financeira da contraparte, tais como: medida judicial, redução significativa da liquidez do ativo financeiro, descumprimento de cláusulas contratuais ou negociação com descontos relevantes.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Considera-se reestruturação a renegociação que implique concessão de vantagens à contraparte em decorrência da deterioração da sua qualidade creditícia, ou da qualidade creditícia do interveniente ou do instrumento mitigador.

Quando um instrumento financeiro é caracterizado como ativo com problema de recuperação de crédito, todas as operações da mesma contraparte ou de contrapartes conectadas são arrastadas para a mesma marcação de AP, na data-base do balancete relativo ao mês da caracterização, passando a integrar o Estágio 3, desde que a contraparte pertença à carteira de Gestão Individualizada.

As operações marcadas manualmente como AP também provocam o arrasto para as demais operações do cooperado e, se aplicável, para o grupo econômico. Excepcionalmente, na carteira massificada, esse arrasto ocorre apenas entre as operações do cooperado.

A marcação de AP aplica-se a todos os instrumentos financeiros de cooperados em recuperação judicial ou com prejuízo. O efeito do arrasto alcança outras operações do mesmo grupo econômico, incluindo aquelas da carteira massificada, mas decorre exclusivamente da carteira individualizada.

A partir da caracterização como AP, as receitas ainda não recebidas são suspensas, sendo apropriadas ao resultado somente quando efetivamente recebidas.

As operações serão baixadas para prejuízo quando, além da evidência de problema na recuperação de crédito, apresentarem estimativas insignificantes de recuperação.

O Sistema Unicred considera que o ativo financeiro deixará de ser problemático apenas quando houver melhora significativa na capacidade financeira da contraparte para honrar suas obrigações nas condições pactuadas.

Para fins de critérios de "cura", o Sistema Unicred considera os pagamentos consecutivos observado em meses (admitindo-se tolerância de atraso de até 5 dias, na visão fechamento do mês), segregando entre PF e PJ e por estágio (2 e 3).

A cura do estágio 2 segrega também o público (Saúde e Não saúde), ficando assim definida:

Público (Estágio 2)		Cura (meses)
Saúde	PF	7
	PJ	7
Não Saúde	PF	6
	PJ	8

A cura do estágio 3 ocorre da seguinte forma:

Público Ativo Problemático (Estágio 3)		Cura (meses)
Reestruturação		5
Demais marcações de AP		4

Após a reclassificação do estágio 3 para o estágio 2, o contrato pode ser considerado curado com o cumprimento (apenas) dos períodos remanescentes de adimplemento, tornando-se apto à reclassificação para o estágio 1.

b.6 Imobilizado e intangível

O imobilizado corresponde aos direitos que tenham por objeto bens corpóreos destinados à manutenção das atividades ou exercidos com essa finalidade, é composto pelas edificações, instalações, direitos de uso em arrendamentos, móveis, utensílios e outros equipamentos, sistemas de segurança, sistemas de comunicação, equipamentos de processamento de dados e softwares de uso, demonstrados pelo custo de aquisição.

As depreciações são calculadas e computadas pelo método linear, levando-se em consideração a vida útil econômica dos bens conforme demonstrado na nota 8, reconhecidas no resultado do período.

A vida útil dos ativos e os métodos de depreciação são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.535/16.

O intangível corresponde aos direitos adquiridos que tenham por objeto bens incorpóreos destinados à manutenção da Cooperativa ou exercidos com essa finalidade. Está demonstrado pelo valor de custo e contempla gastos com aquisição e desenvolvimento de ativos que visem à produção de dispositivos, produtos, sistemas e serviços novos ou substancialmente aprimorados, ajustado por amortizações acumuladas, calculadas a partir do momento em que começam a ser usufruídos os benefícios respectivos, com base em taxas anuais que levam em consideração a vida útil econômica dos bens, a qual varia de 5 a 10 anos e são revistos no encerramento de cada exercício de acordo com os critérios definidos pela Resolução CMN nº 4.534/16.

b.7 Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros ("impairment")

O imobilizado e os outros ativos não circulantes, inclusive o ativo intangível, são revistos anualmente de acordo com os critérios definidos pelo CPC 01 (R1) – Redução ao Valor Recuperável de Ativos, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.924/21, para se identificar evidências de perdas não recuperáveis ou ainda sempre que eventos ou alterações nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Quando este for o caso, o valor recuperável é calculado para verificar se há perda. Quando houver perda, ela é reconhecida pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapassa seu valor recuperável, que é o maior entre o preço líquido de venda e o valor em uso de um ativo.

Não há avaliação no período corrente que indique reconhecimento de perdas por "impairment".

b.8 Depósitos e demais instrumentos financeiros

Os depósitos à vista são os saldos disponíveis em conta corrente, cuja disponibilidade é imediata aos cooperados, portanto sem prazo determinado para movimentá-lo, ficando a critério do portador dos recursos fazê-lo conforme sua necessidade.

Os depósitos sob aviso e a prazo possuem remuneração com base em indicadores econômicos de mercado e taxas fixadas no ato da aplicação. Os depósitos a prazo podem ser contratados com vencimentos variados, conforme opções de prazo disponíveis para cada produto.

Os demais instrumentos financeiros são demonstrados pelos valores das exigibilidades e consideram, quando aplicável, os encargos exigíveis até a data do balanço, reconhecidos em base pro rata die, conforme demonstrado na nota 9.

b.9 Operações de arrendamento – arrendatário

As práticas contábeis adotadas para o reconhecimento, mensuração e divulgação dos contratos de arrendamento estão em conformidade com o CPC 06 (R2) – Arrendamentos, aprovado pela Resolução CMN nº 4.975/21. A aplicação ocorre para os contratos firmados a partir do exercício de 2025, conforme disposto no art. 1º da Resolução CMN nº 5.101/23.

Os contratos de arrendamento, substancialmente relacionados a imóveis, são reconhecidos no passivo pelo valor presente dos pagamentos futuros do arrendamento, descontados pela taxa média de captação (taxa incremental). Em contrapartida, é reconhecido no ativo o correspondente direito de uso. As despesas financeiras relacionadas aos arrendamentos são apropriadas ao resultado, enquanto o ativo de direito de uso é depreciado ao longo do prazo do contrato.

Contratos com ativos de valor inferior a trinta mil reais ou com prazo inferior a 12 (doze) meses — considerados de baixo valor ou curto prazo — não são tratados como arrendamentos. Nesses casos, os pagamentos são reconhecidos diretamente como despesa no resultado.

No exercício de 2025 não foram reconhecimentos passivos de arrendamento na Coopnore.

b.10 Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas

As políticas contábeis para registro, mensuração e divulgação de provisões estão de acordo com os critérios definidos pelo CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 3.823/09. As provisões ativas não são reconhecidas, exceto quando da existência de evidências concretas que assegurem a sua realização. As provisões passivas são reconhecidas quando a cooperativa tem uma obrigação presente legal ou implícita como resultado de eventos passados, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para saldar uma obrigação legal. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas são constituídas quando as perdas forem avaliadas como prováveis, levando em consideração a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, e os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. Os passivos contingentes avaliados como de perdas possíveis são apenas divulgados em nota explicativa, pois a sua existência somente será confirmada pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros e incertos que não estejam totalmente sob o controle da Administração. E aqueles não mensuráveis com suficiente segurança e classificados como perdas remotas não são provisionados e/ou divulgados.

b.11 Demais ativos e passivos circulantes e não circulantes

Os demais ativos são apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, os rendimentos e as variações monetárias auferidos.

Os demais passivos são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridas.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

b.12 Apuração do resultado

Os ingressos e dispêndios são reconhecidos pelo regime de competência do exercício.

b.13 Segregação entre circulante e não circulante

Os valores realizáveis e exigíveis com prazos inferiores a 360 dias estão classificados no circulante, e os prazos superiores, no não circulante.

b.14 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração do fluxo de caixa foi elaborada de acordo com o CPC 03 (R2) Demonstração do Fluxo de Caixa emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis. Com o intuito de demonstrar maior transparência nas operações e uma melhor gestão dos recursos financeiros a Cooperativa optou pelo método indireto. Este método se baseia pelas sobras ou perdas do exercício que é ajustado pelos itens econômicos, (depreciação/amortização) e pelas variações nas contas patrimoniais.

b.15 Impostos e contribuições

As provisões para Imposto de Renda da Pessoa Jurídica (IRPJ), Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), Programa de Integração Social (PIS), Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (COFINS) e Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza (ISSQN), foram calculadas às alíquotas vigentes, considerando, para as respectivas bases de cálculo, a legislação pertinente a cada tributo.

A Cooperativa está sujeita à tributação pelo IRPJ e CSLL quando auferir resultados positivos em atos não cooperativos. Nesses casos, a provisão é constituída com base nas alíquotas vigentes de 15%, acrescida de adicional de 10% quando for o caso, considerando as adições e exclusões e a compensação de prejuízos fiscais limitados a 30% do lucro tributável.

A alíquota da CSLL foi de 15% no exercício de 2025.

O recolhimento do ISSQN, é calculado sobre as receitas auferidas com atos não cooperativos. A alíquota aplicada varia de 2% a 5%, de acordo com a legislação vigente de cada município.

b.16 Resultado recorrente e não recorrente

Resultados recorrentes são aqueles que estão relacionados com as atividades ocorridas com frequência na Cooperativa seja no presente ou previstas que possam ocorrer no futuro, enquanto o resultado não recorrente é aquele que decorre de um evento extraordinário, imprevisível, pontual que não se repetirá no futuro.

Na avaliação da Administração, no exercício de 2025 não houve o reconhecimento de resultados não recorrentes.

b.17 Moeda funcional

As demonstrações financeiras são expressas em reais (R\$), que é a moeda funcional da Cooperativa, e em milhares de reais (R\$ mil), exceto quando indicado de outra forma.

c. Reconciliação de saldos patrimoniais comparativos em 1º de janeiro de 2025

Os impactos da transição decorrentes da aplicação dos critérios contábeis estabelecidos pela Resolução CMN nº 4.966/21 foram reconhecidos em sobras ou perdas acumuladas na data da transição, sensibilizando diretamente o patrimônio líquido da Cooperativa. Para compensar esse ajuste negativo, a Cooperativa utilizou recursos da Reserva Legal, em conformidade com o disposto no artigo 28 da Lei nº 5.764/71, conforme apresentado na Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido.

Abaixo estão apresentados os efeitos decorrentes da adoção inicial da referida resolução e impactos para fins comparativos às demonstrações financeiras de 31/12/2024:

Patrimônio Líquido em 31/12/2024	21.512
Efeito do ajuste de transição no patrimônio líquido	(739)
Provisão para riscos de crédito	(742)
Receita decorrente da alteração do prazo efeito de <i>stop accrual</i>	3
Patrimônio Líquido após ajustes da Resolução CMN nº 4.966/21 - em 01/01/2025	20.773

Apresentam-se a seguir os saldos de reconciliação dos valores de provisão, considerando os impactos introduzidos pela Resolução CMN nº 4.966/21:

Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	Saldo em 31/12/2024	Ajuste transição Perda Esperada Res. 4.966/21	Saldo em 01/01/2025
Ativo			
Operações de crédito	4.082	715	4.797
Outros ativos financeiros com características de concessão de crédito	132	(15)	117
Passivo			
Provisões para garantias financeiras e compromissos de crédito	-	42	42
Total	4.214	742	4.956

NOTA 3 - CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

As disponibilidades e a centralização financeira são classificados como caixa e equivalentes de caixa para fins de apresentação da Demonstração dos Fluxos de Caixa, de acordo com os critérios definidos pelo CPC 03 (R2) – Demonstração dos Fluxos de Caixa, o qual foi aprovado pela Resolução CMN nº 4.818/20.

Descrição	31/12/2025
Disponibilidades	227
Caixa	33
Depósitos bancários	194
Centralização financeira (Nota 4)	197.960
Total	198.187

NOTA 4 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS E TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS

As relações interfinanceiras referem-se à centralização financeira das disponibilidades líquidas da Coopnore depositadas junto à Cooperativa Central, bem como recursos a receber decorrente de movimentação de pix, títulos e outros papéis apresentados por participantes de sistemas de liquidação e demais instituições autorizadas a funcionar pelo BCB.

Descrição	Circulante	Não Circulante	31/12/2025 Total
Ativos financeiros ao custo amortizado	199.252	-	199.252
Relações interfinanceiras	199.252	-	199.252
Centralização financeira (i)	197.960	-	197.960
Créditos vinculados ao BCB	1.292	-	1.292
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado	-	4.639	4.639
Títulos e valores mobiliários (ii)	-	4.639	4.639
Total	199.252	4.639	203.891

(i) No exercício de 2025, os valores operados na Centralização Financeira, que referem-se as sobras de caixa da Cooperativa e não possuem prazo de resgate, foram remunerados a uma taxa acumulada de 100,85% do CDI, sendo os rendimentos registrados em ingressos de depósitos intercooperativos, no montante de R\$ 25.597 .

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

(ii) Os títulos e valores mobiliários, classificados como valor justo por meio do resultado devido não atenderem aos critérios do teste SPPJ, referem-se, substancialmente, ao custo de aquisição da participação na Cooperativa Central, conforme estabelecido na Resolução CMN nº 4.817/20, demonstrado a seguir:

Descrição	Participação	31/12/2025
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado		
Participação na Cooperativa Central	1%	4.639
Total		4.639

NOTA 5 – OPERAÇÕES DE CRÉDITO E OUTROS ATIVOS FINANCEIROS COM CARACTERÍSTICAS DE CONCESSÃO DE CRÉDITO

As operações de crédito e os outros ativos financeiros com características de concessão de crédito, que estão inclusos na base de cálculo das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, estão assim compostas e classificadas:

a) Composição da carteira de operações crédito por tipo de operação

Operações de crédito	Circulante	Não Circulante	31/12/2025 Total
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Operações de crédito	45.984	48.460	94.444
Cheque especial e adiantamento a depositantes	1.002	-	1.002
Empréstimos	42.710	40.085	82.795
Financiamentos	1.773	1.602	3.375
Financiamentos habitacionais	499	6.773	7.272
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.743)	(1.837)	(3.580)
Saldo líquido	44.241	46.623	90.864

b) Composição de outros ativos financeiros com características de concessão de crédito

Outros ativos financeiros	Circulante	Não Circulante	31/12/2025 Total
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	16.100	43	16.143
Valores a receber relativos a transação de pagto (Nota 6)	16.100	43	16.143
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 6)	(128)	-	(128)
Saldo líquido	15.972	43	16.015

Total das operações de crédito e outros ativos financeiros com características de concessão de crédito	Circulante	Não Circulante	31/12/2025 Total
Total bruto das operações de crédito e outros ativos financeiros com características de concessão de crédito	62.084	48.503	110.587
Total das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito	(1.871)	(1.837)	(3.708)
Saldo líquido	60.213	46.666	106.879

c) Movimentação da carteira em estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	78.392	(2.119)	(1.276)	814	649	-	11.667	88.127
Cheque especial e adiantamento a depositantes	1.008	(58)	(23)	10	-	-	(43)	894
Empréstimos	74.096	(2.061)	(1.253)	804	649	-	4.351	76.586
Financiamentos	2.590	-	-	-	-	-	785	3.375
Financiamentos habitacionais	698	-	-	-	-	-	6.574	7.272
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	10.549	(198)	(18)	48	-	-	5.581	15.962
Valores a receber relativos a transação de pagto	10.549	(198)	(18)	48	-	-	5.581	15.962
Total	88.941	(2.317)	(1.294)	862	649	-	17.248	104.089

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	1.948	(814)	(27)	2.119	-	-	(1.078)	2.148
Cheque especial e adiantamento a depositantes	15	(10)	-	58	-	-	(6)	57
Empréstimos	1.933	(804)	(27)	2.061	-	-	(1.072)	2.091
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	151	(48)	(5)	198	-	-	(124)	172
Valores a receber relativos a transação de pagto	151	(48)	(5)	198	-	-	(124)	172
Total	2.099	(862)	(32)	2.317	-	-	(1.202)	2.320

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	5.643	(649)	-	1.276	27	(2.461)	333	4.169
Cheque especial e adiantamento a depositantes	67	-	-	23	-	-	(39)	51
Empréstimos	5.543	(649)	-	1.253	27	(2.461)	405	4.118
Financiamentos	33	-	-	-	-	-	(33)	-
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	36	-	-	18	5	-	(50)	9
Créditos por avais e fianças	3	-	-	-	-	-	(3)	-
Valores a receber relativos a transação de pagto	33	-	-	18	5	-	(47)	9
Total	5.679	(649)	-	1.294	32	(2.461)	283	4.178

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Consolidação da carteira em estágios:

Consolidado dos 3 Estágios	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	88.127	2.148	4.169	94.444
Cheque especial e adiantamento a depositantes	894	57	51	1.002
Empréstimos	76.586	2.091	4.118	82.795
Financiamentos	3.375	-	-	3.375
Financiamentos habitacionais	7.272	-	-	7.272
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	15.962	172	9	16.143
Valores a receber relativos a transação de pagto	15.962	172	9	16.143
Total	104.089	2.320	4.178	110.587

d) Reconciliação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito, segregadas por estágios

Estágio 1	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 2	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 2	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	(585)	27	21	(84)	(359)	-	332	(648)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(19)	1	1	(1)	-	-	7	(11)
Empréstimos	(551)	26	20	(83)	(359)	-	332	(615)
Financiamentos	(12)	-	-	-	-	-	(1)	(13)
Financiamentos habitacionais	(3)	-	-	-	-	-	(6)	(9)
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(70)	3	3	(9)	-	-	(25)	(98)
Valores a receber relativos a transação de pagto	(70)	3	3	(9)	-	-	(25)	(98)
Total	(655)	30	24	(93)	(359)	-	307	(746)

Estágio 2	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 3	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 3	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	(183)	84	4	(27)	-	-	(55)	(177)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(1)	1	-	(1)	-	-	(9)	(10)
Empréstimos	(182)	83	4	(26)	-	-	(46)	(167)
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(19)	9	1	(3)	-	-	(11)	(23)
Valores a receber relativos a transação de pagto	(19)	9	1	(3)	-	-	(11)	(23)
Total	(202)	93	5	(30)	-	-	(66)	(200)

Estágio 3	Saldo em 01/01/2025	Transferência p/ Estágio 1	Transferência p/ Estágio 2	Transferência do Estágio 1	Transferência do Estágio 2	Baixa para Prejuízo	Aquisições/ Liquidações	Saldo Final em 31/12/2025
Operações de crédito	(4.029)	359	-	(21)	(4)	2.461	(1.521)	(2.755)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(52)	-	-	(1)	-	-	8	(45)
Empréstimos	(3.957)	359	-	(20)	(4)	2.461	(1.549)	(2.710)
Financiamentos	(20)	-	-	-	-	-	20	-
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(28)	-	-	(3)	(1)	-	25	(7)
Créditos por avais e fianças	(2)	-	-	-	-	-	2	-
Valores a receber relativos a transação de pagto	(26)	-	-	(3)	(1)	-	23	(7)
Total	(4.057)	359	-	(24)	(5)	2.461	(1.496)	(2.762)

Consolidação das provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito por estágio:

Consolidado dos 3 Estágios	31/12/2025			
	Estágio 1	Estágio 2	Estágio 3	Total
Operações de crédito	(648)	(177)	(2.755)	(3.580)
Cheque especial e adiantamento a depositantes	(11)	(10)	(45)	(66)
Empréstimos	(615)	(167)	(2.710)	(3.492)
Financiamentos	(13)	-	-	(13)
Financiamentos habitacionais	(9)	-	-	(9)
Outros ativos financeiros com caract. de concessão de crédito	(98)	(23)	(7)	(128)
Valores a receber relativos a transação de pagto	(98)	(23)	(7)	(128)
Total	(746)	(200)	(2.762)	(3.708)

e) Concentração dos principais devedores

Descrição	31/12/2025	%
10 maiores devedores	18.157	16,42
50 maiores seguintes	23.879	21,59
100 maiores seguintes	29.606	26,77
Demais devedores	38.945	35,22
Total	110.587	100,00

A concentração refere-se à carteira das operações de crédito e outros ativos financeiros com características de concessão de crédito, considerando o grupo econômico na data do balanço.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

f) Cronograma de vencimentos das operações

Tipo de operação	31/12/2025
Vencidos até 15 dias	212
Vencidos há mais de 15 dias	795
Vincendos até 90 dias	24.314
Vincendos de 91 até 180 dias	15.206
Vincendos de 181 dias até 360 dias	21.256
Vincendos de 361 dias até 720 dias	26.249
Vincendos após 720 dias	22.555
Total	110.587

g) Movimentação das provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Tipo de operação	31/12/2025
Saldo em 31 de dezembro de 2024	(4.214)
Ajustes de transição Res. 4.966/21	(700)
Saldo em 1º de janeiro de 2025	(4.914)
Créditos baixados para prejuízo	2.896
(-) Constituição/reversão	(1.690)
Total	(3.708)

h) Renegociados e reestruturados

Descrição	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado	
Saldo de ativos financeiros renegociados/reestruturados	8.848
Percentual dos ativos reestruturados	56,68%
Baixados para prejuízo no período renegociados/reestruturados	709
Ativos financeiros renegociados/reestruturados reconhecidos no período	2.552

i) Receitas de operações de crédito

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Adiantamentos a depositantes	12	24
Empréstimos cheque especial	427	891
Empréstimos	8.384	16.770
Financiamentos	480	833
Recuperações de ativos financeiros baixados como prejuízo	711	1.091
Total	10.014	19.609

No exercício de 2025, foram realizadas recuperações de ativos financeiros, que haviam sido reconhecidos como prejuízo em exercícios anteriores, no montante de R\$ 1.091.

No exercício de 2025, não houve o reconhecimento de receitas ou despesas relevantes relativas aos custos de transação dos instrumentos financeiros, utilizando-se a taxa de juros efetiva.

Em 31 de dezembro de 2025, o saldo de receitas, incluindo as receitas apuradas pela taxa de juros efetiva, líquidas dos custos de transação e não reconhecidas em função de os ativos financeiros serem caracterizados como ativo problemático, totalizou o montante de R\$ 120.

j) Despesas com provisões para perdas associadas ao risco de crédito

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Ativos financeiros ao custo amortizado		
Provisões/reversões para operações de crédito	(1.202)	(1.679)
Provisões/reversões para outros ativos financeiros	(8)	(11)
Provisões/reversões para garantias financeiras prestadas e outros compromissos de crédito	-	(12)
Total	(1.210)	(1.702)

NOTA 6 - OUTROS ATIVOS FINANCEIROS

Descrição	Circulante	Não Circulante	31/12/2025 Total
Ativos financeiros ao custo amortizado			
Outros ativos financeiros	16.100	295	16.395
Devedores por depósitos em garantias (i)	-	252	252
Valores a receber relativos a transação de pagto (Nota 5b)	16.100	43	16.143
(-) Provisões para perdas esperadas associadas ao risco de crédito (Nota 5b)	(128)	-	(128)
Total	15.972	295	16.267

(i) Devedores por depósitos em garantias, referem-se aos depósitos judiciais relativos aos processos:

Outros depósitos judiciais no montante de R\$ 252

NOTA 7 - OUTROS ATIVOS

Descrição	Circulante	Não Circulante	31/12/2025 Total
Ativos não financeiros mantidos para venda - recebidos (i)	386	280	666
(-) Provisões desvalorização ativos não financeiros mantidos para venda	-	(93)	(93)
Adiantamentos e antecipações	108	-	108
Impostos e contribuições a compensar	125	-	125
Devedores diversos - País	294	-	294
Despesas antecipadas	36	-	36
Total	949	187	1.136

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

(i) Referem-se a bens recebidos em dação de pagamento de dívidas decorrentes de operações de crédito. Estes bens são destinados à venda.

Conforme a Resolução CMN nº 4.747/19, deve a instituição providenciar nova avaliação do bem para apuração do real valor de mercado atualizado, com vistas a contemplar a desvalorização correspondente. A provisão por desvalorização é registrada se o valor real de mercado for inferior ao valor do custo contábil do bem.

NOTA 8 - IMOBILIZADO DE USO

O imobilizado de uso é demonstrado pelo custo de aquisição ou construção, menos depreciação acumulada. As depreciações são calculadas pelo método linear, com base em taxas determinadas pelo prazo de vida útil estimada dos bens, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	Taxa anual de depreciação	Custo	Depreciação acumulada	31/12/2025
				Total
Benfeitoria em imóveis (i)	-	310	(36)	274
Mobiliários	10%	141	(25)	116
Equipamentos de comunicação e de segurança	10%	57	(54)	3
Equipamento de processamento de dados	20%	591	(499)	92
Outros equipamentos	10%	271	(129)	142
Total		1.370	(743)	627

(i) A vida útil é definida conforme o prazo de locação do imóvel.

NOTA 9 - DEPÓSITOS E RECURSOS POR EMISSÕES DE LETRAS

Descrição	Circulante	Não Circulante	31/12/2025
			Total
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Depósitos	129.727	122.700	252.427
Depósitos à vista	106.119	-	106.119
Pessoa física	64.323	-	64.323
Pessoa jurídica	41.796	-	41.796
Depósitos a prazo	23.608	122.700	146.308
Pessoa física	12.131	74.040	86.171
Pessoa jurídica	11.477	48.660	60.137
Recursos por emissões de letras	991	2.015	3.006
Letras de crédito imobiliário	991	2.015	3.006
Pessoa física	991	2.015	3.006
Total	130.718	124.715	255.433

Os depósitos à vista não são remunerados. Os depósitos a prazo e as letras de crédito imobiliário (LCI), são remunerados majoritariamente com base no CDI, podendo ser contratados em prazos de vencimento variados, de acordo com as regras de cada papel. Em 31 de dezembro de 2025, foram remunerados encargos financeiros, a uma taxa média de 90,09% do CDI, no montante de R\$ 17.854, e foram registrados em dispêndios da intermediação financeira – operação de captação de mercado. Os depósitos a prazo e LCI foram segregados entre passivo circulante e não circulante de acordo com o prazo de vencimento das respectivas captações.

A LCI pode ser contratada com carência mínima de 6 meses com isenção de imposto de renda para pessoa física.

Os depósitos à vista, a prazo e as LCI, estão garantidos até o limite de R\$ 250 mil por CPF/CNPJ pelo Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop), fundo este constituído por todas as cooperativas de crédito brasileiras e bancos cooperativos integrantes do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC). O FGCoop tem por finalidade, conforme seu estatuto:

I - Proteger depositantes e investidores das instituições associadas, respeitados os limites e condições estabelecidos no seu regulamento;

II - Contribuir para a manutenção da estabilidade do Sistema Nacional de Crédito Cooperativo (SNCC);

III - Contribuir para prevenção de crise sistêmica no segmento cooperativista.

NOTA 10 - RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS

Descrição	Circulante	Não Circulante	31/12/2025
			Total
Passivos financeiros ao custo amortizado			
Relações interfinanceiras	15.812	-	15.812
Obrigações junto a participantes de sistemas de liquidação (i)	15.812	-	15.812
Total	15.812	-	15.812

(i) Referem-se a operações realizadas com participantes de sistemas de liquidação, relacionado a operações de cartões Visa.

NOTA 11 - OUTROS PASSIVOS E PROVISÕES

Descrição	Circulante	Não Circulante	31/12/2025
			Total
Outros passivos	11.744	-	11.744
Impostos e contribuições a recolher	101	-	101
Fundo de assistência técnica, educacional e social (FATES)	216	-	216
Cotas de capital a pagar	1.149	-	1.149
Impostos e contribuições fiscais a recolher	684	-	684
Impostos e contribuições previdenciárias a recolher	101	-	101
Fornecedores diversos	14	-	14
Recursos em trânsito de terceiros	8.993	-	8.993
Credores diversos	486	-	486
Provisões	1.345	53	1.398
Provisões para pagamentos a efetuar	314	-	314
Provisões para despesas com pessoal	977	-	977
Provisões para compromissos de crédito (i)	54	-	54
Provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas (ii)	-	53	53
Total	13.089	53	13.142

(i) A composição e a movimentação das provisões para compromissos de crédito, são apresentadas a seguir:

Descrição	31/12/2025	
	Valor Garantia	Provisão
Compromissos de crédito	24.025	54

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

Descrição	Compromissos de crédito	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	-	-
Ajustes de transição Res. 4.966/21	42	42
Saldo em 1º de janeiro de 2025	42	42
Constituição/reversão	12	12
Saldo em 31 de dezembro de 2025	54	54

(ii) As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas são registradas frente a eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações em processos judiciais que a Coopnore é parte. A Administração da Coopnore, constituiu provisões para processos de riscos, fiscais, cíveis e trabalhistas em montantes considerados suficientes para fazer face à eventuais perdas que possam advir de desfechos desfavoráveis nas ações.

As provisões para riscos cíveis, tributários e trabalhistas com expectativa de perda provável tiveram a seguinte movimentação:

Descrição	Cíveis	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2024	53	53
Saldo em 31 de dezembro de 2025	53	53

A Coopnore tem ações com expectativa de perda possível que são discutidas na esfera judicial, de acordo com os assessores jurídicos, as ações estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025	
	Quantidade Ações	Valor R\$
Ações Tributárias	1	200

NOTA 12 - PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2025 o capital social, representado pelas integralizações de 4.620 cooperados, é de R\$ 21.327. De acordo com o estatuto social, cada cooperado tem direito a um voto, independentemente do número de suas cotas partes.

b) Destinações estatutárias e legais

As sobras apuradas no fim do exercício, conforme estatuto social, tem a seguinte destinação:

- ☐ 10% para a Reserva legal, sobre a sobras deduzidas do FATES ato não cooperativo, esta reserva tem a finalidade de reparar perdas eventuais futuras e a atender ao desenvolvimento das atividades da Cooperativa;
- ☐ 5% para o Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social (FATES), sobre a sobras deduzidas do FATES ato não cooperativo, tem a finalidade de prestar assistência e educação a seus cooperados, familiares e empregados, que podem ser executados mediante convênio com entidades especializadas, oficiais ou não.

c) Sobras acumuladas

As sobras são distribuídas e apropriadas conforme o estatuto social, normas do BCB e posterior deliberação da Assembleia Geral Ordinária (AGO). Atendendo à instrução do BCB, o FATES é registrado como exigibilidade e utilizado em despesas para o qual se destina, conforme a Lei nº 5.764/71.

As sobras ou perdas em 31 de dezembro de 2025, estão assim compostas:

Descrição	31/12/2025
Sobras/perdas	6.866
Destinações	
FATES - estatutário - ato cooperativo	(215)
Juros sobre o capital próprio	(2.553)
Aumento de reserva legal	(431)
Sobras ou perdas acumuladas	3.667

As destinações acima demonstradas foram apropriadas às respectivas contas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2025 e serão submetidas para revisão e aprovação da AGO.

NOTA 13 - INGRESSOS E RECEITAS DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Cobrança	1.721	3.391
Comissão consórcio	352	553
Comissão previdência	84	126
Comissão de seguros	22	25
Compensação	51	83
Intercâmbio visa	431	763
Tarifas	92	122
Outros serviços	260	516
Total	3.013	5.579

NOTA 14 - DISPÊNDIOS E DESPESAS DE PESSOAL E HONORÁRIOS

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Honorários	(689)	(1.325)
Participação no resultado	(351)	(352)
Pessoal benefícios	(556)	(1.123)
Pessoal encargo social	(671)	(1.297)
Pessoal proventos	(1.441)	(2.865)
Total	(3.708)	(6.962)

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

NOTA 15 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS ADMINISTRATIVAS

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Aluguéis	(196)	(335)
Comunicações	(35)	(94)
Depreciação e amortização	(96)	(163)
Despesas da Cooperativa Central (i)	(3.352)	(6.815)
Manutenção e conservação de bens	(92)	(157)
Processamento de dados	(298)	(598)
Propaganda e publicidade	(1.532)	(2.524)
Seguros	(34)	(73)
Serviços compartilhados Cooperativa Central	(181)	(347)
Serviços do sistema financeiro	(1.281)	(2.427)
Serviços especializados	(514)	(930)
Viagens e transportes	(222)	(338)
Outros dispêndios administrativos	(298)	(519)
Total	(8.131)	(15.320)

(i) Referem-se aos custos operacionais e administrativos incorridos pela Unicred do Brasil que foram suportados pela Cooperativa.

NOTA 16 - OUTROS DISPÊNDIOS E DESPESAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Despesas com ativos não financeiros mantidos para venda	(543)	(1.265)
Fundo Garantidor do Cooperativismo de Crédito (FGCoop)	(188)	(357)
Fundo de assistência educacional e social	(20)	(49)
Fundo de fraudes	(22)	(38)
Prejuízos na alienação de ativos não financeiros mantidos para venda	(74)	(74)
Provisões para perdas com ativos não financeiros mantidos para venda	(583)	(583)
Serviços associados a transações de pagamentos	(64)	(103)
Outros dispêndios operacionais	(351)	(384)
Total	(1.845)	(2.853)

NOTA 17 - OUTROS INGRESSOS E RECEITAS OPERACIONAIS

Descrição	2º semestre 2025 (não auditado)	31/12/2025
Ressarcimento de dispêndios administrativos	92	159
Ressarcimento IOF exterior cartão visa	88	139
Reversão outras provisões operacionais	611	621
Outras rendas operacionais	4	132
Total	795	1.051

NOTA 18 - SEGUROS CONTRATADOS

A Administração da Coopnore, anualmente, contrata seguros empresarial e de responsabilidade civil, cujas coberturas são consideradas suficientes pela Administração e agentes seguradores para fazer face à ocorrência de eventuais sinistros. As premissas de risco adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo da auditoria das demonstrações financeiras, consequentemente, não foram auditadas pelos nossos auditores independentes.

NOTA 19 - PARTES RELACIONADAS

a) Instituições relacionadas

A Coopnore é filiada à Cooperativa Central, que representa suas cooperativas filiadas perante os organismos governamentais e privados ligados ao cooperativismo e às instituições financeiras.

A Cooperativa Central é uma sociedade cooperativa que tem por objetivo a organização em comum e em maior escala dos serviços econômico-financeiros e assistenciais de suas cooperativas filiadas, integrando e orientando suas atividades, de forma autônoma e independente, através dos instrumentos previstos na legislação pertinente e nas normas emanadas pelo CMN e pelo BCB, bem como facilitar a utilização recíproca dos serviços, para a consecução de seus objetivos.

Para assegurar a consecução de seus objetivos, cabe à Cooperativa Central, a coordenação das atividades de suas cooperativas filiadas, a difusão e fomento do cooperativismo de crédito, a orientação e a aplicação dos recursos captados, a implantação e implementação de controles internos voltados aos sistemas que acompanham informações econômico-financeiras, operacionais e gerenciais, entre outros.

A Coopnore responde solidariamente pelas obrigações contraídas pela Cooperativa Central perante terceiros, até o limite do valor das cotas-partes do capital que subscrever, proporcionalmente à sua participação nessas operações, observadas as disposições estatutárias e regulamentares aplicáveis. As operações com a Cooperativa Central estão relacionadas abaixo:

Descrição	31/12/2025
Ativo	202.599
Centralização financeira (Nota 4)	197.960
Participação na Cooperativa Central (Nota 4)	4.639
Receitas	25.597
Ingressos de depósitos intercooperativos (Nota 4)	25.597
Despesas	(7.162)
Despesas da Cooperativa Central (Nota 15)	(6.815)
Serviços compartilhados Cooperativa Central (Nota 15)	(347)

b) Transações com partes relacionadas

As Pessoas-chave da Administração da Cooperativa abrangem os membros do Conselho de Administração, do Conselho Fiscal e da Diretoria Executiva, os quais têm autoridade e responsabilidade de planejar, dirigir e controlar as atividades da instituição.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

A Política de remuneração dos Diretores, os honorários de Presidente e Vice-presidente, bem como cédulas de presença dos Conselhos, são aprovadas em Assembleia Geral. Em cumprimento ao Pronunciamento Técnico CPC 05 (R1) - Divulgação sobre Partes Relacionadas, estão divulgados abaixo os valores referentes aos honorários, à cédula de presença e às gratificações realizadas às Pessoas-chave da Administração da Coopnore na competência do exercício findo.

Descrição	31/12/2025
Honorários (Nota 14)	(1.325)

De acordo com a Resolução CMN nº 4.693/18, são consideradas partes relacionadas de uma instituição o cônjuge, o companheiro e os parentes, consanguíneos ou afins, até o segundo grau, bem como pessoas jurídicas, de todas as Pessoas-chave da Administração.

As transações com as Pessoas-chave da Administração e as outras partes relacionadas, divulgadas abaixo, referem-se aos saldos de depósitos (à vista e a prazo) e às operações de crédito mantidas por elas na Coopnore, as quais foram realizadas dentro do contexto normal de suas atividades, observando as mesmas condições estabelecidas para os demais cooperados.

Descrição	31/12/2025
Operações de crédito	2.634
Depósitos	11.862
Capital social	663

NOTA 20 - ÍNDICE DE BASILEIA

A Coopnore apresenta-se compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, acima dos limites mínimos determinados pelo BCB, em 31 de dezembro de 2025, conforme demonstrado abaixo:

Descrição	31/12/2025
Patrimônio de Referência – PR	29.182
RWA para Risco de Crédito - RWAcpad	134.207
RWA para Risco Operacional - RWAopad	9.233
RWA Total	143.440
Patrimônio de Referência Mínimo Requerido para o RWA	17.213
Margem sobre o PR considerando o adicional de Capital Principal	11.969
Índice de Basileia	20,34%

NOTA 21 - RESUMO DA ESTRUTURA DE GERENCIAMENTO DE RISCOS

Em cumprimento às normas do Banco Central do Brasil, o Sistema Unicred adota uma estrutura centralizada de gerenciamento de riscos e capital, por meio da Unicred do Brasil, sendo compatível com o modelo de negócios, produtos e serviços. A descrição da estrutura é apresentada no site da Unicred do Brasil no endereço eletrônico: <https://www.unicred.com.br/institucional/governanca/gerenciamento-de-risco>.

Essa estrutura fundamenta-se nas Resoluções CMN nº 4.606/17 e nº 4.557/17, tendo a atribuição de gerenciar os riscos assumidos pela instituição, bem como a interação entre eles, de acordo com a Norma de Appetite por Riscos do Sistema Unicred, dando suporte nos assuntos acerca do gerenciamento de riscos e na tomada de decisão pela alta administração.

Para cada tipo de risco incorrido existem diretrizes específicas, mas que podem ser assim resumidas:

a) Risco operacional

O gerenciamento do risco operacional tem por objetivo identificar, avaliar, monitorar e controlar os riscos associados a falhas, deficiências ou inadequações de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos. Também abrange todas as funções da Cooperativa, incluindo os sistemas, processos e infraestrutura de tecnologia da informação, e, quando aplicável, parceiros terceirizados, em consonância com os seus níveis de apetite de riscos.

b) Risco de crédito

O gerenciamento do risco de crédito tem por objetivo identificar, mensurar, controlar e mitigar os riscos de perdas associadas à contraparte de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação e aos custos de recuperação.

c) Risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez tem por objetivo monitorar os riscos associados à capacidade de honrar as obrigações esperadas e inesperadas, correntes e futuras, inclusive as decorrentes de vinculação de garantias, sem afetar as operações diárias.

d) Risco de mercado

O gerenciamento do risco de mercado tem por objetivo avaliar e controlar a flutuação nos valores de mercado de instrumentos detidos pela Cooperativa.

e) Risco social, ambiental e climático

O gerenciamento dos riscos social, ambiental e climático tem por objetivo mitigar a ocorrência de perdas relacionadas à violação de direitos e garantias fundamentais, à degradação do meio ambiente, a eventos climáticos extremos e ao processo de transição para uma economia de baixo carbono das partes interessadas relacionadas a Unicred.

f) Gestão de continuidade de negócios

A Gestão de Continuidade de Negócios é o conjunto de ações e análises que permite a instituição agir de forma proativa nos cenários de interrupção prolongada por meio da ativação dos Planos de Continuidade dos processos vitais e críticos, bem como garantir adequada recuperação e restauração no caso de ocorrência destas eventuais interrupções.

g) Gestão de capital

Processo contínuo de avaliação, controle e monitoramento do capital mantido pelas Cooperativas, para que seja compatível com a dimensão e exposição aos riscos, adequados aos limites mínimos de Patrimônio determinados pelo Banco Central do Brasil.

h) Risco de conformidade

Em conformidade com a Resolução CMN nº 4.595/17, o gerenciamento do risco de conformidade tem como objetivo assegurar o cumprimento de leis e regulamentações, bem como prevenir atividades e condutas que possam expor o Sistema Unicred a riscos legais, regulatórios, de imagem ou reputacionais. Para isso, promove-se a disseminação de padrões de conformidade e de uma cultura ética, alinhando-se aos objetivos estratégicos da instituição e integrando-se à sua missão, visão e valores.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025

(Em milhares de reais)

i) Segurança da Informação

A estrutura de Segurança da Informação tem por objetivo assegurar a confidencialidade, a integridade e a disponibilidade das informações, assim como dos produtos e serviços do Sistema Unicred. Adotando estruturas de Governança de Segurança da Informação, Cybersecurity e Prevenção à Fraudes.

Margot Virginia Silveira de Souza
Presidente do Conselho de Administração
CPF: 238.639.510-34

Deborah Simões Machado Real
Diretora Executiva
CPF: 901.430.940-68

Ana Claudia Silva Da Silva
Diretora de Operações
CPF: 006.209.940-02

Cristiano de Freitas Colombo
Contador
CPF: 017.197.480-80
CRC RS-090966/O-3

FIM